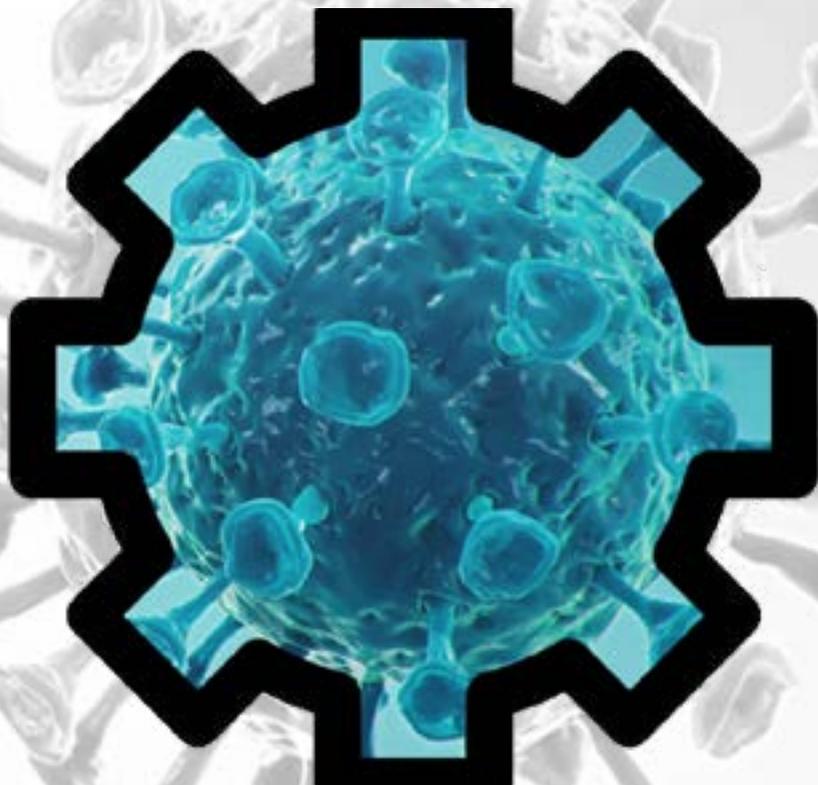


DOSSIÊ COVID NO TRABALHO

PESQUISA COVID 19 COMO DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO



Relatório de Pesquisa - Fascículo 1
**TRABALHADORAS(ES) IMIGRANTES NA CIDADE
DE SÃO PAULO EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Karina Quintanilha

Ana Lídia Aguiar

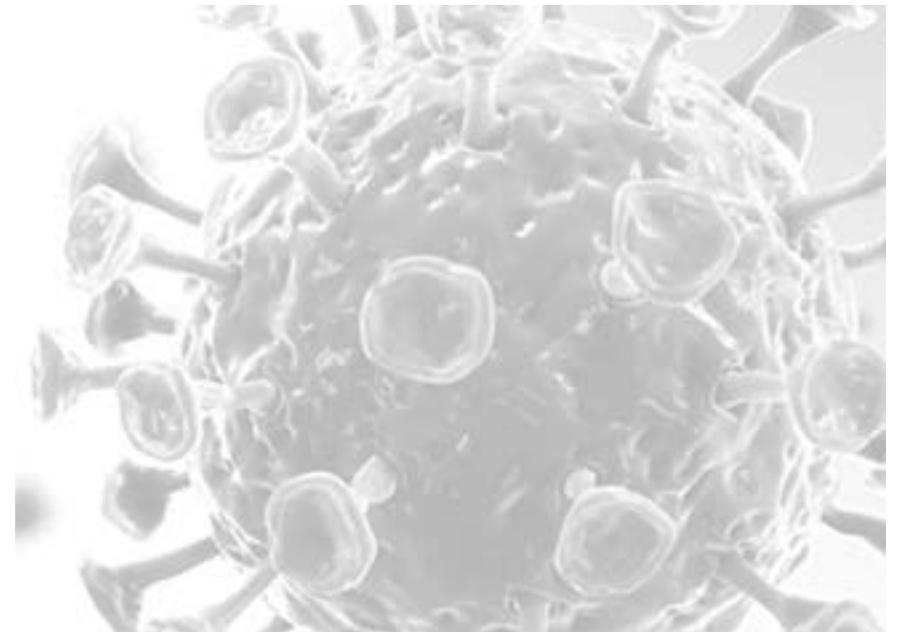


Instituto Walter Leser

Fundação Escola de Sociologia e Política

DOSSIÊ COVID NO TRABALHO

PESQUISA COVID 19 COMO DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO

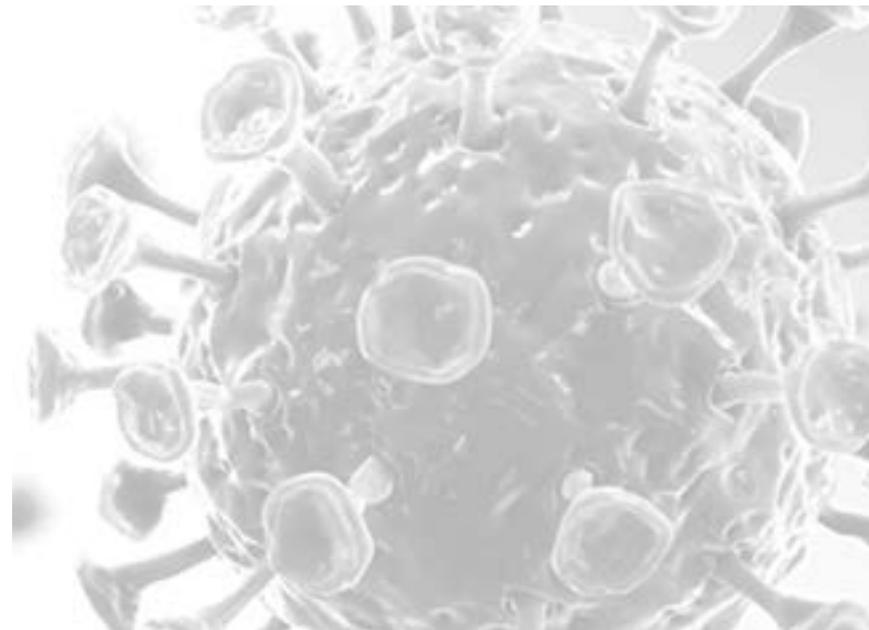


IWL/FESPSP
Instituto Walter Leser -
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

ASAS
Associação de Saúde Ambiental e Sustentabilidade

DOSSIÊ COVID NO TRABALHO

PESQUISA COVID 19 COMO DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO



Relatório de pesquisa
TRABALHADORAS(ES) IMIGRANTES NA CIDADE
DE SÃO PAULO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Karina Quintanilha Ana Lúcia Aguiar

 **MPT** APOIO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

SÃO PAULO 2024

EDITORA **SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

PROJETO DE PESQUISA COVID-19 COMO UMA DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO

APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS PELO PARECER NÚMERO 4.290.745.

REALIZAÇÃO: IWL/FESPSP - Instituto Walter Leser - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - MTE; ASAS - Associação de Saúde Ambiental e Sustentabilidade.

COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA: Maria Maeno - Médica – Fundacentro e IWL/FESPSP.

PESQUISADORES: Ana Carolina Lemos Pereira (Psicóloga - PUC-CAMP); Ana Lídia de Oliveira Aguiar (Socióloga - USP), Andréia de Conto Garbin (Psicóloga - PUCCAMP), Carolina de Moura Grando (Psicóloga - NAST), César Akiyoshi Saito (Cientista da computação – Fundacentro), Cristiane Queiroz Barbeiro Lima (Química – Fundacentro -aposentada), Damares Pereira Vicente (Assistente social - PUC-SP), Daniela Sanches Tavares (Psicóloga - Fundacentro), Eliana Aparecida da Silva Pintor (Psicóloga – IWL/FESPSP), Heloisa Aparecida de Souza (Psicóloga - PUCCAMP), Ildeberto Muniz de Almeida (Médico - UNESP), Israel Luz (Sociólogo - Ilaese), José Carlos do Carmo (Médico – CERESTSP e IWL/FESPSP), Karina Quintanilha (Advogada - Unicamp), Liliana Aparecida de Lima (Psicóloga - PUC-CAMP), Louisa Acciari (Cientista social - University College London-UCL e UFRJ), Luci Praun (Cientista social - UFAC), Marcia Hespanhol Bernardo (Psicóloga - USP), Maria Maeno (Médica – Fundacentro e IWL/FESPSP), Maria Martha Gibellini (Psicóloga - NAST), Marina Dal Maso Coelho (Psicóloga - NAST), Renata Paparelli (Psicóloga – PUC-SP), Rodolfo Andrade de Gouveia Vilela (Engenheiro - USP), Rosemeire Aparecida Scopinho (Psicóloga - UFSCar), Tássia Bertoncini de Almeida (Psicóloga - NAST), Thiago Lira (Psicólogo - NAST), Vanderléia Laodete Pulga (Coordenadora da COREMU), Vera Lucia Sallerno (Médica - UNICAMP).

Catologação-na-publicação
Editora Sociologia e Política - FESPSP
Ederson Ferreira Crispim CRB-8/9724

362.1962414
Q78d Quintanilha, Karina F; Aguiar, Ana Lídia
Dossiê COVID no trabalho : pesquisa COVID
19 como doença relacionada ao trabalho : relatório de pesquisa : trabalhadoras(es) imigrantes na cidade de São Paulo em tempos de pandemia / Karina Quintanilha, Ana Lídia Aguiar. – São Paulo : Editora Sociologia e Política, 2024. – 114 p. : il. color. ; 15 x 21 cm.

ISBN 978-65-86612-11-0 (PDF)
ISBN 978-65-86612-10-3 (broch.)

1. Pandemia – problemas sociais e serviços.
2. COVID-19. 3. Trabalho imigrante. 4. Trabalho informal. 5. Direitos sociais. I. Aguiar, Ana Lídia.
II. Título.

DOSSIÊ COVID COMO DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO

DIAGRAMAÇÃO: Lilian PRIMI

REVISÃO: Erica FREITAS, Daniela SANCHES TAVARES e Maria MAENO

CAPA: Lilian PRIMI

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. Percursos metodológicos.....	26
2.1 O ponto de partida.....	26
2.2 Participantes da pesquisa.....	31
2.3 Categorias temáticas de análise.....	33
2. Resultados e análises - Descrição e análise dos respondentes e entrevistados.....	34
2.1 Trabalho, saúde e direitos de imigrantes na pandemia.....	45
2.1.1 O exemplo do trabalho de mulheres imigrantes na indústria de confecções.....	45
2.1.2 O exemplo do trabalho imigrante entre as trabalhadoras domésticas.....	53
2.1.3 O exemplo do trabalho imigrante “empreendedor”.....	56
2.1.4 O exemplo do trabalho imigrante no mercado ambulante.....	63
2.2 Mobilização política e estratégias em rede mobilizadas por imigrantes em São Paulo.....	71
2.2.1 O exemplo da Associação de Mulheres Imigrantes Luz e Vida (AMILV).....	77
3. Considerações finais.....	83
BIBLIOGRAFIA.....	90
ANEXOS	
ANEXO I - Roteiro de entrevista.....	101
ANEXO II - Localização da moradia de imigrantes em São Paulo com base em dados de atendimento do CRAI, por nacionalidade.....	107



APRESENTAÇÃO

Nos primórdios da pandemia da COVID-19, quando muitos aspectos ainda eram desconhecidos, uma questão nos pareceu crucial: o papel das atividades de trabalho presencial na disseminação da doença.

Em maio de 2020, Maeno e Carmo (2020)¹ elencaram aspectos do vírus SARS-CoV-2 nos contextos sociais e do trabalho no Brasil, que sustentavam a tese de que os casos de Covid ocorridos em pessoas que estavam trabalhando presencialmente deveriam ser considerados relacionados ao trabalho.

Além da transmissão ser favorecida pelo contato próximo inter-humano, havia a transmissão via aérea e a grande proporção de assintomáticos, que impli-

¹ MAENO, M.; CARMO, J.C. A COVID-19 é uma doença relacionada ao trabalho. <https://portal.fiocruz.br/pergunta/qual-e-o-tempo-de-incubacao-do-novo-coronavirus> > acesso em 17/03/2024.

cavam o aumento de circulação do vírus, já que inúmeras pessoas sem sintomas ou com sintomas leves eram fontes de disseminação, sem terem a mais pálida ideia de que eram portadoras do vírus. Em interação com essas características do agente infeccioso, estava a condição de vulnerabilidade econômica de expressiva parte da população desde antes da eclosão da pandemia, que, sem acesso ao auxílio financeiro governamental, denominado auxílio-emergencial, e depois com demora na sua liberação, foi impelida a sair de casa em busca de subsistência. Para elas, o apelo protetor “fique em casa” era inviável, pois não tinham como sobreviver.

Além dos trabalhadores das chamadas atividades essenciais para a vida, que precisavam manter-se trabalhando presencialmente, houve um outro conjunto de atividades que foram declaradas essenciais por decreto presidencial sem o serem de fato, como as atividades religiosas, unidades lotéricas, salões de beleza e barbearias, entre outras, aumentando ainda mais o contingente de trabalhadores expostos de forma desnecessária (MAENO, 2021) ².

Assim, como prevíamos, os contatos físicos ocorreram nos transportes públicos e nos ambientes e atividades de trabalho, estes últimos negligenciados pelo po-

2 MAENO, M. COVID-19 como uma doença relacionada ao trabalho. Editorial. Rev. bras. saúde ocup. 46, 2021 <https://doi.org/10.1590/2317-6369ED0000121>

der público. Segundo o IBGE, em 2022, 96,7 milhões do total de ocupados mantinham-se em trabalho presencial, enquanto 9,5 milhões estavam em trabalho remoto³.

Diante desse cenário, pareceu-nos oportuno e necessário desenvolver um projeto de pesquisa que lançasse luz sobre a realidade dos trabalhadores presenciais durante a pandemia, evidenciando as situações com maior potencial de contágio, facilitando o estabelecimento de nexos causais da doença com o trabalho. Paralelamente, era imprescindível contribuir, em tempo real, municiando as entidades sindicais e demais movimentos de trabalhadores com informações, reflexões e pareceres, por meio de palestras, aulas, conversas, reuniões, matérias jornalísticas, para que pudessem ativamente buscar seus direitos sanitários, previdenciários e trabalhistas.

Tudo isso ocorreu em meio a uma realidade sem precedentes tanto do ponto de vista sanitário quanto político, quando ignoravam as mortes, os casos graves, assim como as aglomerações decorrentes de atividades de trabalho, que contribuíram para a rápida e avassaladora disseminação do vírus (SANTOS et al., 2021)⁴.

3 Pesquisa inédita do IBGE mostra que 7,4 milhões de pessoas exerciam teletrabalho em 2022. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38159-pesquisa-inedita-do-ibge-mostra-que-7-4-milhoes-de-pessoas-exerciam-teletrabalho-em-2022> > acesso em 17/03/2024.

4 SANTOS, U.P., MAENO, M., COSTA, D.F., FERREIRA, C.S.W., HENRIQUES, C.M.P. Em tempos de Covid-19: estado presente, agilizar a proteção da população, fortalecer o SUS e

Inicialmente, éramos sete pesquisadores⁵ vinculados a diferentes instituições, quando apresentamos o projeto ao Comitê de Ética da Faculdade de Medicina de Botucatu, da Universidade Estadual Paulista (UNESP)⁶. Com o tempo, a equipe foi ampliada e se dedicou a estudar diversas categorias e segmentos de trabalhadores e trabalhadoras.

Ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022, mantivemos informações, vídeos e matérias jornalísticas sobre a pandemia no portal do Instituto Walter Leser da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (IWL-FESPSP)⁷.

Os relatórios serão publicados em fascículos, cada um destacando uma categoria de trabalhadores/as, sendo este primeiro, sobre a vida das/os imigrantes no mercado de trabalho informal durante a pandemia na cidade de São Paulo.

Os esforços realizados visam subsidiar a elaboração de respostas a serem adotadas agilmente em cenários pandêmicos, no reconhecimento de seus múltiplos

reorientar a economia. Disponível em <https://www.viomundo.com.br/blogdasaude/para-especialistas-so-ha-uma-chance-de-o-covid-19-ser-enfrentado-com-sucesso-poder-publico-romper-ja-com-as-amarras-do-corte-dos-gastos.html> > acesso em 17/03/2024.

5 Cezar Akiyoshi Saito, Cristiane Queiroz Barbeiro Lima, Daniela Sanches Tavares, Ildeberto Muniz de Almeida, José Carlos do Carmo, Maria Maeno (coordenadora) e Rodolfo Andrade de Gouveia Vilela.

6 Dossiê Covid no Trabalho. Covid-19 como uma doença relacionada ao trabalho. Aprovado pelo Comitê de Ética da FM Botucatu, UNESP - Número do Parecer: 4.290.745 <https://www.institutowalterleser.org/dossiecovid-apresentacao>

7 <https://www.institutowalterleser.org/>

prismas e formas de vulnerabilização das populações, dos diversos caminhos de exposição e efeitos na saúde e na vida.

Também esperamos que os resultados da pesquisa subsidiem políticas de garantia de direitos de trabalhadoras e trabalhadores no pós-pandemia, tendo em vista que abordam também as sequelas da infecção pelo coronavírus, que ainda são uma questão pouco presente nos debates e necessitam de atenção especial por parte do poder público.

MARIA MAENO

Médica, pesquisadora da Fundacentro, membro do Instituto Walter Leser da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e do Núcleo Semente - Saúde Mental e Direitos Humanos Relacionados ao Trabalho do Instituto Sedes Sapientiae

ILDEBERTO MUNIZ DE ALMEIDA

Médico, professor do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Botucatu, da Universidade Estadual Paulista e um dos criadores do Fórum Acidentes do Trabalho



DOSSIÊ COVID-19 COMO DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO

Trabalhadoras(es) imigrantes na cidade de São Paulo em tempos de pandemia

Karina Quintanilha¹
Ana Lúcia Aguiar²

1 Doutora em Sociologia pelo IFCH-UNICAMP, contemplada pelo edital da Capes com bolsa sanduíche no Departamento de Humanidades da Universidade de Veneza, na Itália. É advogada e mestra em Ciências Sociais (PUC-SP), especialista em Migração e Refúgio na perspectiva de direitos humanos pela UNLa (Argentina). Co-fundadora do Fórum Internacional Fontié ki Kwaze - Fronteiras Cruzadas, é vinculada ao grupo "Metamorfoses do Mundo do Trabalho" (CNPq-Unicamp) e colaboradora do grupo de estudos "Cidade e Trabalho" do Laboratório de Pesquisa Social (LAPS-FFLCH-USP).

2 Doutora em Sociologia pela FFLCH-USP, possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Desenvolve pesquisas na área científica de Sociologia Urbana com ênfase em trabalho, informalidade, mercados populares, transformações urbanas e migração. Vinculada ao grupo de estudos "Cidade e Trabalho" do Laboratório de Pesquisa Social (LAPS-FFLCH-USP) e é professora de Sociologia da rede pública estadual de ensino em São Paulo.

RESUMO. Este relatório, fruto de um grupo de trabalho desenvolvido pelo projeto de pesquisa Covid-19 como Doença Relacionada ao Trabalho, busca articular os temas das migrações internacionais e do trabalho imigrante no contexto da pandemia no Brasil. Especificamente, dedica-se às trajetórias de imigrantes e refugiados no trabalho informal na cidade de São Paulo no período entre março de 2020 e meados de 2022. Participaram das entrevistas qualitativas quatro mulheres e dois homens, provenientes da Bolívia, do Haiti e da República Democrática do Congo, cujas ocupações estão relacionadas com setores diversos, tais como a indústria de confecções, o trabalho doméstico, o trabalho na cozinha e o comércio popular (mercado de bairro e ambulante). Durante a pandemia, além do trabalho informal, essas(es) interlocutoras(es) atuaram na linha de frente de coletivos e associações de imigrantes em articulação com uma ampla rede de movimentos sociais, em especial de moradia, sindicatos, universidades e organizações não governamentais. A partir dos questionários elaborados pelo grupo de pesquisa, este relatório reflete sobre as entrevistas e inclui a análise de fontes bibliográficas e documentais. Levando em consideração os desafios colocados pela diversidade laboral, linguística, cultural e de origem do país de cada uma das pessoas entrevistadas, busca-se examinar os fatores das desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero, associados com a condição migratória, que contribuíram para o agravamento de sistemáticas violações de direitos e dos impactos da crise pandêmica nas condições de trabalho, bem como as estratégias de lutas por direitos e antirracistas mobilizadas por esses sujeitos no período analisado.

PALAVRAS-CHAVE: pandemia da Covid-19; imigração; refúgio; trabalho imigrante; informalidade; lutas por direitos; São Paulo.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para as reflexões coletivas no projeto de pesquisa **Covid-19 como Doença Relacionada ao Trabalho**, e em especial aos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes, organizados em associações, instituições representativas e coletivos, pelas generosas contribuições e pelo tempo partilhado em meio a tantas lutas dilacerantes pela vida.



1

INTRODUÇÃO

A eclosão da pandemia da Covid-19 teve efeitos catastróficos para a maior parte das populações imigrantes, incluindo as milhões de pessoas em situação de refúgio, que já lutavam para sobreviver em um cenário de crise multidimensional. Ao mesmo tempo, evidenciou as injustiças e as violências do Estado, principalmente sobre as mulheres e os grupos sociais racializados – como não lembrar de George Floyd nos Estados Unidos e de Moïse Kabagambe no Brasil –, provocando ainda transformações nos processos de mobilização política de imigrantes, a exemplo do fortalecimento da campanha transnacional *#RegularizaçãoJá* - em defesa da regularização migratória ampla e irrestrita das pessoas indocumentadas.

Nos primeiros meses da pandemia, um grupo de pesquisadoras(es) localizados em diversos países das Américas publicou a 3ª edição do *Boletín (Trans)Fronteriza: (In)movilidades*



en las Américas y Covid-19 (ÁLVAREZ et al., 2020) para sistematizar e analisar alguns fatores preponderantes das políticas migratórias na região nesse período, dentre eles:

- 1) Fechamento de fronteiras e hipervigilância; 2) Suspensão do direito de refúgio; 3) Hipernacionalismo seletivo; 4) Espiral de violência nos países mais ao Sul como efeito da externalização das fronteiras dos Estados Unidos na região; 5) Configuração dos espaços de confinamento e sacrifício humano; 6) Desposseção de direitos de imigrantes indocumentados; 7) Produção do medo como forma de controle; 8) Migração de retorno; 9) Trabalhadores migrantes: essenciais, mas descartáveis;

- 10) Crianças e adolescentes nas fronteiras; 11) Respostas sociais que contrastam entre lutas migrantes e xenofobia.

Para além de demonstrar a interação entre antigas e novas tendências de controle migratório, de criminalização e de precarização das vidas imigrantes, o referido Boletín ressalta que, em diversos países da região, inclusive no Brasil, a necessidade de medidas sanitárias para a proteção contra a propagação do vírus foi utilizada como pretexto para exercer uma nova forma de política higienista (DOMENECH, 2020, apud ÁLVAREZ VELASCO et al., 2020, p. 6), o que também pode ser denominada racismo de Estado (BASSO, 2010).

O governo de extrema direita e negacionista¹ de Jair Bolsonaro, por exemplo, chegou a promover recortes de deportação² e editou uma série de portarias administrativas que “restringem direitos fundamentais, como o visto humanitário e o direito de refúgio, criando discriminações normativas específicas contra imigrantes da Venezuela ao mesmo tempo em que permitia a entrada de imigrantes de países com níveis recortes de contaminação” (VILLEN; QUINTANILHA, 2021, p. 8).

Uma outra face da intensificação do racismo de Estado nesse período é representada pela prisão injusta da trabalhadora ambulante Falilatou Estelle Sarouna, refugiada do Togo, negra

1 Um estudo publicado por Deisy Ventura e Rossana Reis afasta a tese de negligência no enfrentamento da crise sanitária e aponta para uma estratégia do governo federal de propagação do vírus, com base em decretos e normativas infralégais analisados pelas pesquisadoras (VENTURA; REIS, 2021: 7).

2 Sobre a problemática das deportações na pandemia, recomenda-se o artigo “Deportação e trabalho escravo: governo e Exército tornam política migratória um desastre humanitário” de Karina Quintanilha e Alexandre Branco-Pereira publicado no The Intercept (2021). Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/07/23/deportacao-trabalho-escravo-governo-exercito-migrantes-desastre-humanitario/>

e mãe, que permaneceu detida arbitrariamente por seis meses na Penitenciária Feminina da Capital (PFC) em São Paulo. Falilatou foi presa no contexto da Operação Anteros, que investiga um suposto esquema transnacional de golpes e extorsões *online*. A prisão sem provas da refugiada, sob acusações extremamente frágeis, e que foi revertida após a ampla campanha #LiberdadeParaFalilatou, se deu no processo judicial que

IMAGEM 1 - Manifestação de solidariedade no dia em que a refugiada togolesa Falilatou Sarouna deixou a Penitenciária Feminina da Capital após a mobilização da Campanha Liberdade Para Falilatou (maio/2021).



Fonte: Arquivo das autoras.

encarcerou o maior número de pessoas na história do Brasil, e deteve uma quantidade inédita de imigrantes, principalmente mulheres africanas³.

Como mostra um estudo do sociólogo italiano Fabio Perocco sobre o agravamento das desigualdades sociais no contexto da pandemia, embora a crise da Covid-19 tenha afetado

negativamente todo o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, os grupos racializados e imigrantes, principalmente as mulheres, em diferentes contextos nacionais, enfrentaram as piores consequências em razão de uma espécie de “looping da precariedade” (PEROCCO, 2021, p. 254):

Os grupos racializados foram fortemente penalizados pela pandemia em todas as esferas da vida social: na saúde (maior taxa de infecção, ligada a fatores materiais como o tipo de trabalho realizado), no trabalho (aumento do desemprego, subemprego, precariedade, desqualificação), na habitação (moradias sem estrutura de prevenção à infecção) (ibidem, p. 258, tradução nossa).

Ao refletir sobre esse contexto do “capitalismo pandêmico”, o sociólogo Ricardo Antunes (2022) chama a atenção para os “laboratórios de experimentação do trabalho”, marcado por um salto inédito nos processos de informalidade e plataforma que convertem o trabalho assalariado em “autônomo”, “empreendedor”, sem a proteção da legislação social trabalhista, seja nos países do Sul global e também do Norte onde a exploração, expropriação e espoliação em forma de “uberização do trabalho” têm se acentuado exponencialmente (ANTUNES, 2022). Segundo o autor, é expressão dessa realidade o aprofundamento global da desigual divisão sócio-sexual-racial-étnica do trabalho, a exemplo da intensificação do trabalho das mulheres, das trabalhadoras dos cuidados, das trabalhadoras domésticas, em sua maioria negras, imigrantes e indígenas.

O Brasil (que atingiu mais de 40 milhões de trabalhadores informais na pandemia) e mais especificamente a cidade de São Paulo, figurando entre os epicentros mundiais da infecção e morte pela Covid-19, se mostraram como um campo indispensável para analisar os impactos da crise do corona-

³ Para mais informações sobre o caso da refugiada Falilatou ver o artigo “As tramas políticas nas cenas de protesto” de Tiago Rangel Côrtes, Vera Telles, Ana Lídia Aguiar e Karina Quintanilha publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil* (2022). Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-tramas-politicas-nas-cenas-de-protesto-resposta-ao-brutal-assassinato-do-congoles-Moise-kabagambe/>

vírus sob essas lentes críticas, e que ainda hoje demandam o fortalecimento das lutas e das políticas direcionadas para os grupos sociais mais duramente atingidos, dentre eles imigrantes e refugiados.

Segundo dados do Registro de Migrantes Internacionais (SISMIGRA, 2020) da Polícia Federal, cerca de 1 milhão e 300 mil imigrantes, incluindo refugiados, residem no Brasil, ou seja, menos de 0,7% do total de uma população estimada em mais de 207 milhões (IBGE, 2022). Desde 2010, além de latino-americanos, observam-se os registros de entrada de haitianos, e de países africanos (senegaleses, congolezes, angolanos, guineenses, bengalis, ganeses, entre outros) e do Oriente Médio (sírios, paquistaneses, palestinos), sendo também representativo desses novos fluxos o aumento de imigrantes da região asiática, principalmente coreanos e chineses que mais do que dobraram nas últimas décadas. Se a partir de 2010 o fluxo de haitianos em situação de refúgio e acolhida humanitária é um dos mais expressivos, a partir de 2016 destaca-se a crescente entrada de venezuelanos nas fronteiras terrestres do país, liderando os registros de trabalho no mercado formal e as demandas por reunião familiar, dentre outras políticas de inserção social, educacional, política e cultural (Cavalcanti In Cavalcanti, Oliveira, Silva, 2021, p. 14).

Na cidade de São Paulo, onde essa pesquisa se desenvolveu, 376.156 pessoas obtiveram o registro migratório no município, entre janeiro de 2020 e junho de 2021. As principais comunidades são a de bolivianos (27%), chineses (7%) e haitianos (6%).

No período da pandemia, não faltam análises que demonstram como a situação das(os) trabalhadoras(es) imigrantes, apesar de terem conquistado uma Lei de Migração (Lei

13.445/2017)⁴ considerada avançada, vem passando à margem dos direitos, de forma indissociada das novas dinâmicas exploratórias do capital tendo como centro as fronteiras do trabalho (formal/informal). São pesquisas que indicam também a crescente tendência de trabalhadoras(es) imigrantes direcionados para o mercado informal, em setores que costumam ser invisibilizados ou de difícil acesso, razão pela qual esta pesquisa busca contribuir para expandir as investigações nesse campo.

Em diálogo com essas reflexões e trabalhos recentes, as atividades de pesquisa contempladas neste relatório compõem os esforços do projeto de pesquisa Covid-19 Como Uma Doença Relacionada ao Trabalho⁵.

Como será melhor detalhado na próxima sessão sobre os percursos metodológicos, a investigação foi dividida em duas etapas, sendo a primeira etapa de caráter quantitativo (*on-line* e presencial quando possível) e a segunda etapa qualitativa a fim de “aprofundar e compreender aspectos de interesse da pesquisa”.

Diante do apagão de dados oficiais no que diz respeito aos imigrantes infectados e mortos pela Covid-19 no Brasil, na etapa qualitativa, considerou-se estratégico entrevistar trabalhadoras(es) imigrantes precarizados do Sul global, *periféricos na periferia* (BASSO, 2015; VILLEN, 2015), na condição de informalidade, que estiveram na linha de frente de associações, sindicatos e/ou coletivos durante a pandemia na cidade de

4 A nova lei, reconhecendo as pessoas imigrantes como sujeitas de direitos, apesar de inúmeras limitações sobretudo em sua regulamentação autoritária (Quintanilha, 2019), é fruto da “ação/luta organizada dos imigrantes e refugiados, junto às suas entidades representantes, para garantia/conquista de direitos e para contrastar os princípios excludentes e persecutórios da antiga lei migratória do período ditatorial” (Villen, Quintanilha, 2021).

5 O referido projeto possui Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) no 37219820.0.0000.5411 e Parecer de aprovação do CEP/Unesp no 4.290.745.

São Paulo. Dessa forma, jogando luz sobre a perspectiva dos sujeitos que buscam resistir cotidianamente a essa realidade extremamente invisibilizada (HANDERSON, 2015), buscou-se trazer evidências sobre os impactos ocultos da crise da Covid-19 e as estratégias coletivas de enfrentamento articuladas frente aos desafios próprios da crise e das políticas do Estado, no âmbito federal, estadual e municipal.⁶

A partir do roteiro proposto pela equipe da pesquisa Covid-19 como Doença Relacionada ao Trabalho, foi delineado um roteiro semiestruturado que, além das categorias temáticas pensadas para todas as categorias de trabalho, procurou abarcar condicionantes específicas da condição imigrante no cotidiano dessas(es) trabalhadoras(es) informais durante a pandemia.

Para corroborar com a análise das entrevistas qualitativas, o relatório busca trazer contribuições da pesquisa de campo das autoras junto ao Fórum Fronteiras Cruzadas⁷, assim como os desdobramentos do Seminário Ambulantes e Cidade⁸ e do GT Estratégias de Promoção à Saúde para Migrantes⁹, formado

6 Em razão das barreiras para acesso ao auxílio emergencial, a DPU elaborou uma série de estratégias jurídicas neste período, principalmente sobre o direito ao auxílio emergencial por imigrantes, que foram narradas pelo Defensor Público João Chaves em artigo publicado pelo Museu da Imigração. Fonte: www.museudaimigracao.org.br

7 Mais informações no Blog do Fronteiras Cruzadas disponível em: <https://fronteiras-cruzadas.com.br/>

8 O evento foi coordenado pelo Grupo de Pesquisa Cidade e Trabalho (USP) e realizado em parceria com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Fórum Fronteiras Cruzadas, Sindicato Nacional dos Camelôs do Brasil (Unicab), Fórum dos Camelôs de São Paulo, Fórum Territorial Laboratório Justiça – Labjuta (UFABC) e Escola Mackenzie de Arquitetura e Urbanismo (FAU). Uma breve síntese do evento pode ser acessada no seguinte link: <https://diplomatique.org.br/seminario-debate-imigrantes-e-o-trabalho-ambulante-em-sao-paulo/>

9 PORTARIA Nº 101/2022-SMS.G: Institui o Grupo de Trabalho (GT) “Estratégias de Promoção à Saúde para Migrantes” com a finalidade de discutir e sugerir ações de saúde dos migrantes com vistas a atender às necessidades específicas dessa população <http://www.docidadaesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=1eff2ab5e5c-4601172d50a380d09a11b&PalavraChave=6018.2022/0010483-0>

pela Secretaria Municipal de Saúde da Cidade de São Paulo após uma série de denúncias relacionadas à graves violações de direitos, como a discriminação no acesso à vacinação contra a Covid-19.

A seguir, o relatório está dividido em três seções:

1. Percursos metodológicos;
2. Os resultados e as análises desenvolvidas pelas pesquisadoras a partir das entrevistas qualitativas, contemplando a questão do trabalho, da saúde e dos direitos de imigrantes na pandemia e a mobilização política e estratégias em rede mobilizadas por imigrantes em São Paulo;
3. Considerações finais.

Dentre as categorias analisadas, estão: - Condições de trabalho no contexto pandêmico, condição migratória e identificação de situações favoráveis à infecção e adoecimento pela Covid-19; - Testagem para covid; - Compreensão sobre a pandemia em si e sobre a vacina: - Prevenção e resposta do Estado à doença; - Trabalho e saúde mental.

Dessa forma, este relatório tem como objetivo contribuir com os debates sobre os impactos da pandemia nas relações de trabalho de imigrantes, e na própria dinâmica das migrações internacionais em São Paulo, bem como jogar luz sobre as redes imigrantes que se mobilizaram na pandemia, fortalecendo ações coletivas de solidariedade e de disputa política na reivindicação de direitos e nos espaços de tomada de decisão.

Considerando, nesse sentido, a escala da cidade como fundamental para essa pesquisa é importante conectar os estudos migratórios e do trabalho aos estudos urbanos, ou seja, compreender as(os) imigrantes como atores que estão no e através do espaço urbano, respondendo e contribuindo para os legados locais e institucionais históricos e intencionais de cada cidade (ÇAGLAR e GLICK-SCHILLER, 2011, p.4).

Significa também olhar para a migração em relação às redes

de fluxos migratórios na dinâmica das cidades em escala global, a partir da reestruturação do capitalismo contemporâneo. Como apontam diversos autores como Glick Schiller (2011, 2013), Feldman-Bianco (2017), Çaglar (2011), Salazar (2013), é preciso pensar na escala da cidade a partir de “questões referentes à ‘reestruturação e reinvenção da vida urbana através de processos transnacionais’ e ‘o papel desempenhado por migrantes e por suas práticas locais e transnacionais no re-escalamento e reestruturação das cidades’” (ÇAGLAR, GLICK-SHILLER, 2006, apud FELDMAN-BIANCO, 2009, p. 24). Isto é, faz-se necessário compreender como os processos globais que reestruturam “os processos internos, que unem migrantes a essa localidade em tempos neoliberais” (idem) e que reestruturam as relações de trabalho com hierarquias de poder, bem como a localização dos imigrantes na luta por direitos.

1

Percursos metodológicos

1.1 O ponto de partida

A pesquisa qualitativa realizada com trabalhadoras(es) imigrantes informais na cidade de São Paulo, ao longo de 2021 e meados de 2022, teve como ponto de partida os subsídios da mostra quantitativa a partir dos questionários elaborados pela equipe do projeto *Covid-19 como Doença Relacionada ao Trabalho*,¹ já mencionado na introdução.

No grupo de trabalho formado para realizar as entrevistas

¹ Mais informações sobre o projeto no link: <https://www.institutowalterleser.org/dossieccovid-apresentacao>

tas especificamente com imigrantes, além das pesquisadoras responsáveis pela escrita deste relatório, houve contribuições das sociólogas Louisa Acciari e Patricia Villen para a adaptação das categorias de análise do questionário de acordo com as especificidades da condição migratória.

Considerando as altas taxas de infecção pela Covid-19 no momento inicial da pesquisa, a aplicação do questionário quantitativo, utilizou o modo virtual, circulando por meio de grupos de Whatsapp de coletivos de imigrantes e outras redes correlatas. O formulário no Google foi disponibilizado em português, inglês, espanhol e francês. As pesquisadoras também contaram com a colaboração de ativistas atuantes em coletivos formados por imigrantes, como Juan Cusicanki (da Bolívia) e Hortense Mbuyi (da República Democrática do Congo), que gravaram mensagens para conscientizar sobre a Covid-19 e convidar as(os) imigrantes a participarem da pesquisa².

IMAGEM 2 - Material de divulgação no YouTube produzida pelo projeto de pesquisa Covid-19 como Doença Relacionada ao Trabalho a partir de vídeos dos colaboradores da pesquisa - Juan Cusicanki e Hortense Mbuyi informando sobre a importância de prevenção e convidando imigrantes a participarem da pesquisa.



Fonte: Canal do Youtube do Instituto Walter Leser .

Um grande complexificador da pesquisa deve-se ao fato de que optou-se justamente por não restringir, em um primei-

² Os vídeos foram disponibilizados no canal do Youtube do Instituto Walter Lesser (<https://www.youtube.com/watch?v=oWUdk3uilyQ>) e também nas redes sociais do grupo Fronteiras Cruzadas.

ro momento, a categoria de trabalho dos grupos imigrantes, uma população diversa do ponto de vista de inúmeros fatores, como o laboral, o cultural, o linguístico e o social.

Apesar dos esforços de divulgação *online*, o fato é que a coleta de dados mostrou-se mais efetiva em uma relação mais direta com os imigrantes, especialmente durante os chamados “Mutirões Migrantes” de vacinação contra Covid-19, regularização migratória e direitos humanos promovidos pela Associação de Mulheres Imigrantes Luz e Vida (AMILV), na zona leste da cidade de São Paulo, principalmente nos bairros de Guaianases e Cidade Tiradentes, como será melhor relatado na seção 3 deste relatório.

A partir dos desafios indicados na etapa quantitativa que evidenciou as inseguranças sentidas pelo contexto migratório em um país que “*recebe, mas não acolhe*”³ – a explosão do desemprego, da informalidade e da indocumentação com impactos particulares no contexto pandêmico discutidas mais adiante – foram iniciadas as entrevistas como técnica de investigação com base em uma nova versão do roteiro semiestruturado, pensado junto com a equipe da pesquisa Covid-19 Como Doença Relacionada ao Trabalho.

Assim, para esse segundo momento da pesquisa, optou-se por realizar essas entrevistas com trabalhadoras(es) imigrantes informais, sendo a maioria mulheres, do ramo da indústria das confecções, do trabalho doméstico, da cozinha, e do comércio popular, e que são reconhecidos pela atuação em coletivos e associações de imigrantes na cidade de São Paulo.

A realização de entrevistas com imigrantes que estavam na linha de frente do combate ao coronavírus junto às comuni-

³ A expressão “o Brasil recebe mas não acolhe” é atribuída à refugiada Hortense Mbuyi que em diversos eventos acompanhados pelas autoras utiliza dessa frase para discutir a xenofobia racializada na sociedade brasileira e a necessidade de políticas de integração socioeconômica para imigrantes e refugiados que estabelecem residência no Brasil. Ver mais em: QUINTANILHA, 2024, NO PRELO.

dades imigrantes foi possível em razão do envolvimento das pesquisadoras na construção de redes e projetos colaborativos como o Fórum Internacional Fontié ki Kwaze que significa “fronteiras que cruzam” em creole haitiano, concebido na Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP) em 2017 e atualmente inscrito no Laboratório de Pesquisa Social (LAPS) da Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Entre 2020 e 2021, um grupo do Fronteiras Cruzadas desenvolveu o projeto de extensão “*Formação de Rede Sociotécnica com Imigrantes e Refugiados*” na Unicamp,⁴ que foi fundamental para a relação de confiança e diálogo estabelecidos com as lideranças imigrantes que integram sindicatos, associações, coletivos e o Conselho Municipal de Imigrantes da Cidade de São Paulo.

Foram também importantes para esta etapa os desdobramentos dos debates organizados pelas pesquisadoras no *Seminário Ambulantes e Cidade: Cartografias da economia popular, tensões nos territórios, conflitos e práticas de resistência durante a pandemia da Covid-19*. Realizado em 2020, o evento foi “construído com diversos atores, integrando uma rede de pesquisadores, movimentos populares e sociais e trabalhadores ambulantes, reativando redes antigas e fortalecendo outras frentes de atuação e de reflexão” (AGUIAR, BARBOSA, ITIKAWA e TELLES, 2021, p. 2) em torno das relações entre imigrantes e o trabalho informal e “como tudo isso se conecta e conforma um outro mundo conformado na *invisibilidade*” (idem). O seminário tinha por objetivo cartografar o impacto da pandemia da Covid-19 sobre os trabalhadores, as tensões e conflitos em torno de formas de controle dos espaços ur-

4 Para mais informações sobre o projeto de extensão, sob a coordenação do Prof. Ricardo Antunes em colaboração com as pesquisadoras Karina Quintanilha e Patrícia Villen, consultar o relatório disponível em: https://fronteiras cruzadas.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Relato%CC%81rio-Final_-Extensa%CC%83o-Fronteiras-Cruzadas-UNICAMP.pdf

banos, bem como as ações e iniciativas de redes e formas de articulação utilizadas para lidar com os bloqueios e impasses no exercício do seu trabalho nesses espaços.

A presença significativa de imigrantes no exercício do trabalho ambulante e outras categorias do trabalho informal (como a produção feita pelos mesmos, sobretudo no ramo da costura, também voltadas ao abastecimento dos mercados populares) estimulou a formação de uma ampla rede de articulação e apoio ao trabalho ambulante e imigrante ativando e reativando as organizações preexistentes, resultando em ações de pesquisa-intervenção que se proliferaram em lutas por direitos e por segurança alimentar nos momentos mais agudos da pandemia e, inclusive, por direito à vacina.

A consciência das modificações nas dinâmicas dessas disputas foi crucial para a elaboração das estratégias de produção de pesquisa e ações em rede, que serão discutidas mais adiante.

Para tanto, a presente pesquisa sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na população imigrante também compreendeu a análise documental de relatórios e dados extraídos de documentos oficiais produzidos por organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT), e de pesquisas como “*Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil*” (Fernandes e Baeninger, 2020) e as publicações do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA, 2020, 2021 e 2022).

Dessa forma, este relatório é composto por: 1) dados provenientes da observação participante realizada nos Mutirões Migrantes organizados entre outubro e dezembro de 2021; 2) análise das entrevistas realizadas com trabalhadoras(es) imigrantes informais, atuantes também em associações e coletivos de imigrantes; 3) desdobramentos da participação das

pesquisadoras em seminários e ações articuladas em conjunto com imigrantes; e 4) pesquisa bibliográfica e análise documental.

1.2 Participantes da pesquisa

Tendo os critérios abaixo como guia, a amostra da pesquisa qualitativa foi composta sobretudo por trabalhadores e trabalhadoras imigrantes na informalidade que, ao longo da pandemia, lideraram associações e/ou coletivos imigrantes na região metropolitana de São Paulo de forma exaustiva e permanente.

Critérios de inclusão

- A) Representantes de coletivos e associações de imigrantes com histórico na relação com as comunidades imigrantes, instituições e organizações não governamentais;
- B) Transversalidade e a diversidade de raça/etnia e gênero, bem como país de origem, sobretudo entre as comunidades imigrantes mais populosas na cidade;
- C) Vínculos diferentes de trabalho;
- D) Entre os informais, deve considerar quem já atuava no segmento antes da pandemia e os/as que se tornaram informais no contexto da pandemia;
- E) Contemplar associações com grande movimentação e com menor movimentação;
- F) Contemplar imigrantes que estão indocumentados/as e/ou enfrentando outras violações de direitos.

Foram realizadas 6 (seis) entrevistas, sendo que duas delas tiveram que acontecer de modo *online* por plataforma de vídeo-chamada em razão de terem sido surpreendidas por no-

vos picos de infecção pela Covid-19. Cumpre observar que o tamanho da amostra foi limitado em razão das dificuldades impostas pelo contexto pandêmico, embora acredita-se que a estratégia de entrevistar representantes de coletivos com legitimidade e capilaridade nas comunidades imigrantes teve o potencial de multiplicar a percepção sobre as tendências nesse período.

Entre os participantes: 4 (quatro) são mulheres, e 2 (dois) são homens, vinculados às seguintes categorias de trabalho: **domésticas** (com vínculo pelo Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município da Cidade de São Paulo); **indústria de confecções** (com vínculo pela Associação de Mulheres Imigrantes Luz e Vida - AMILV, na zona leste de São Paulo); **comércio informal** (com vínculo pela União Social dos Imigrantes Haitianos, no Glicério); **cozinha** (Espaço Wema - gastronomia e cultura africana, na Ocupação 9 de Julho); **ambulantes** (com vínculo com coletivos de ambulantes no bairro do Brás). Participaram imigrantes dos seguintes países: Bolívia, Haiti e República Democrática do Congo.

Durante todo o desenvolvimento da pesquisa, as entrevistadoras estiveram em diálogo constante com Hortense Mbuyi, advogada da República Democrática do Congo, e eleita, durante a pandemia, para a presidência do Conselho Municipal de Imigrantes, órgão consultivo de participação ligado à Prefeitura de São Paulo.

As(os) participantes da pesquisa compartilharam sobre as suas próprias condições de vida e trabalho, e das comunidades com quem tiveram contato, bem como suas resistências cotidianas, individuais e coletivas, mobilizadas nesse período de profunda crise.

1.3 Categorias temáticas de análise

Com base nos dois eixos do roteiro de entrevistas⁵ (I. Trabalho, saúde e direitos na pandemia; II. Impactos da Covid-19 e estratégias em rede mobilizadas por imigrantes), as pesquisadoras trabalharam com as seguintes categorias de análise: (a) Condições de trabalho no contexto pandêmico, condição migratória e identificação de situações favoráveis à infecção e adoecimento pela Covid-19; (b) Testagem para covid; (c) Compreensão sobre a pandemia em si e sobre a vacina: prevenção e resposta do Estado à doença; (d) Trabalho e saúde mental; (e) Mobilização política e estratégias em rede mobilizadas por imigrantes em São Paulo.

5 O roteiro de entrevista encontra-se disponível no anexo I deste relatório.

2

Resultados e análises

Descrição e análise dos respondentes e entrevistados

Como ressaltado, as(os) respondentes desta pesquisa são trabalhadoras(es) imigrantes na condição de informalidade e lideranças de coletivos e movimentos de imigrantes na cidade de São Paulo. A maioria é de mulheres, dos ramos da costura, do trabalho domésticos, da cozinha e do comércio ambulante.

Breve apresentação das pessoas entrevistadas e impactos da pandemia

*Nomes são pseudônimos e as imagens aleatórias para garantia do sigilo e anonimato dos participantes

IMAGEM 3 - FOTO: Luis Vasquez/ASSEMBOL



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/>

CARLA LORENA

A entrevistada Carla Lorena, de 47 anos, é imigrante boliviana e se identifica como mulher indígena. É de La Paz e criada em Cochabamba. Está no Brasil há 13 anos e mora no bairro de Guaianases, na Zona Leste de São Paulo, com seus dois filhos - os outros três filhos moram na Bolívia. Pedagoga de formação, não tendo conseguido revalidar o seu diploma no Brasil, trabalha como costureira de caminhas de cachorro para uma loja na região central do Brás. Sua rotina é marcada por uma jornada de trabalho que varia entre 12 e 14 horas por dia.

Carla Lorena era professora em seu país de origem, porém depois de ter sofrido violência doméstica de seu ex-marido, precisou deixar a sala de aula. Como alternativa, sobretudo em um momento crítico da economia boliviana, passou a se dedicar à costura produzindo uniformes militares. A partir do convite de outra boliviana veio ao Brasil com seus filhos pequenos para trabalhar na costura em São Paulo. Vivendo em condições insalubres, mal podendo tomar banho, ela e seus filhos trabalhavam em troca de um único pagamento, acrescido de um vale refeição de cerca de dez reais para ela e seus cinco filhos. As dívidas contraídas pela viagem, pela alimentação e pelo teto da

oficina que lhe servia de abrigo eram as justificativas dadas pela dona da oficina para o baixo valor do pagamento pelo trabalho. Segundo Carla Lorena esse não era o combinado. Por um ano, ela e seus filhos chegaram a passar fome. Trabalharam nesta oficina até conhecer outros bolivianos no bairro do Bom Retiro que a ajudaram a sair dessa situação.

Diante das condições insalubres de trabalho vividas, Carla Lorena contraiu tuberculose, o que debilitou a sua saúde.

Hoje, considerando a queda nos valores pagos por peça, para conseguir o mínimo para sua sobrevivência e de seus filhos, mantém uma rotina de trabalho com jornada de doze a quatorze horas por dia, que passa sentada na máquina de costura, alternando entre os afazeres domésticos e maternos. Uma jornada exaustiva e adoecedora.

Ela é uma das fundadoras de uma importante Associação de mulheres, que reúne cerca de 600 imigrantes, sobretudo bolivianas, cujo trabalho possui enorme capilaridade na capital paulista e região metropolitana.

Durante a pandemia, além do trabalho com a costura, buscou complementar a renda como confeitadeira, produzindo bolos e pães sob encomenda.

Acredita que contraiu a Covid-19 durante a entrega de cestas básicas para a rede de trabalhadoras imigrantes da Associação da qual faz parte. Precisou ser internada, em estado grave, na rede pública de saúde do seu bairro e relata ainda sofrer com as sequelas da doença.

Um dos seus sonhos é *“un mundo mejor para nuestros hijos: en 3 palabras - AMOR a lo que hacemos; HUMILDAD; RESPE-TO”*. Como desejo de um plano futuro, ela cita a vontade de construir *“una casa para acojer y capacitar mujeres imigrantes, ayudar con la documentación, con una creche socioeducativo (un espacio donde pueden estar más tranquilas con el idioma)”*.

IMAGEM 4 - Costureira trabalha com uma criança no colo



Fonte: <https://www.sinaite.org.br/>

VALENTINA

A entrevistada Valentina é moradora do bairro de Guaianases, está no Brasil há quinze anos. Tem 46 anos, se autodeclara indígena, é mãe solo e mora com seu filho. Formada em Ciências da Educação, tem especialização em educação popular e alternativa. Na Bolívia, era auxiliar de enfermagem e trabalhava com um médico oftalmologista que foi morto, vítima de assalto. Após esse incidente, não teve outra alternativa a não ser deixar aquele emprego.

Teve um relacionamento que não deu certo e, grávida, veio ao Brasil com o irmão, não porque queria, mas porque foi preciso. Quando chegou aqui, ela conta que ainda precisava lidar com a tristeza (pela distância da família) e trabalhar com o que não gostava. Inicialmente ela não sabia costurar, então precisou se arriscar na tecelagem, onde o trabalho envolvia condições abusivas de insalubridade e altas temperaturas. Na gravidez, teve muitas dificuldades de se adaptar ao trabalho pesado. Após o nascimento, relata que trabalhou com o filho recém-nascido nas costas em uma oficina fechada, quente. Destaca que durante um tempo morou na casa do irmão, que a ajudou muito. Porém, aos poucos teve que sair de lá e buscar outro lugar para morar e, por um tempo, acabou tendo que viver no mesmo local onde trabalhava.

Buscou trabalho no Bom Retiro, mas na oficina que encon-

trou, não conseguiu ficar um dia porque não aceitam crianças. *“Muitos acham que porque está sozinha com uma criança, acham que podem fazer o que quiser com você, mas não aceito porque sou orgulhosa. Eu não aceito que as pessoas me olhem com pena, então eu voltei à Bolívia e fiquei por dois anos e foi lá onde aprendi a costurar”*. Chegou a mandar currículos para encontrar trabalho na Bolívia mas não conseguiu outro emprego: *“é difícil, ainda mais quando você já tem uma idade, é mais difícil conseguir um trabalho”*. Em 2011 retornou ao Brasil e buscou a sua regularização.

Agora, sabendo costurar, encontrou trabalho em outra oficina onde as condições de trabalho continuaram a ser muito difíceis, pois precisava trabalhar muitas horas, uma vez que ganhava centavos por peça trabalhada. Além disso, o trabalho era dividido com os cuidados do filho.

Nos últimos anos, Valentina tem se dividido entre o trabalho na costura em casa e em um outro espaço que precisou alugar para utilizar um tipo específico de máquina de costura, a overloque, para ampliar suas vendas de roupas. Lá, ela paga um valor para utilizar a máquina e ajuda no pagamento da energia elétrica.

Para além do trabalho duplicado na costura e fazendo bicos, durante a pandemia a sua atuação foi principalmente junto à Associação de mulheres da qual faz parte, com atividades socioeducativas de prevenção da violência doméstica e o que ela chama de empoderamento feminino. Assim como Carla Lorena, acredita que contraiu a Covid-19 durante a entrega de cestas básicas, e segue enfrentando sequelas da doença como depressão e dores no pulmão. Relata ter perdido familiares próximos pelo coronavírus em São Paulo.

Um dos sonhos de Valentina é *“construir um centro de desenvolvimento integral de tecnologia e projetos socioeducativos que inclua a juventude imigrante”*.

AGUSTINA

A entrevistada Agustina, de 60 anos, é boliviana e se identifica como mulher indígena, originária da Cordilheira de la Cruz de la Sierra, tendo sido criada na capital da Bolívia. Veio para o Brasil a convite da irmã e mora na cidade de São Paulo há 26 anos. Atualmente, reside junto com o marido, um dos filhos e um neto no bairro da Vila Carrão (Zona Leste), onde aluga uma casa de dois quartos. Estudou até a 8ª série e trabalhou toda a vida como empregada doméstica, desde a Bolívia, e não tinha experiência prévia no seu país de origem com movimentos sociais ou sindicatos. O último trabalho como doméstica foi em 2014, quando enfrentou problemas de saúde e precisou entrar com uma ação judicial contra a antiga patroa para ter os seus direitos assegurados.

Em 2017 foi chamada para participar da direção do Sindicato dos Empregados Domésticos do Município da cidade de São Paulo¹, onde é responsável principalmente por atividades de formação e atendimento de trabalhadoras imigrantes de diversas nacionalidades, principalmente de países da América Latina, África e Ásia, em parceria principalmente com instituições como a Missão Paz, Global Solidarity Center e Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC).

Durante a pandemia, em razão dos riscos de infecção pela Covid-19, Agustina suspendeu durante um determinado período o trabalho no sindicato, mas continuou ajudando na distribuição de cestas básicas e na participação de eventos *online*, bem como auxiliando na orientação das domésticas imigrantes sobre o acesso a direitos, principalmente o auxílio emergencial.

Um dos seus sonhos é *"engajar mais mulheres imigrantes para participar no sindicato e ver quem sabe essas mulheres chegando no poder um dia, na Prefeitura, no Governo, no Senado"*.

1 Site do Sindicato está disponível no link: <http://www.sindomesticastdmsp.com.br/>



FONTE: <https://www.opendemocracy.net/pt/a-lawyer-in-congo-and-a-maid-in-brazil-pt/>

MUASI

A entrevistada Muasi, de 42 anos, é refugiada da República Democrática do Congo e conta que passou a se identificar como mulher negra no Brasil (segunda ela, no seu país de origem o racismo não existe). É advogada formada em direito econômico e social e ativista de direitos humanos. Após sofrer forte perseguição política e ser presa no Congo, teve que sair às pressas e chegou no Brasil para fazer um tratamento médico em 2014 com seu bebê no colo e sem falar nada de português. Seu marido conseguiu vir ao Brasil alguns meses depois, mas tiveram que deixar no Congo as duas filhas mais velhas, que ficaram aos cuidados dos avós. Em São Paulo, teve mais duas filhas e residiu a maior parte do tempo na região do conjunto A.E. Carvalho, um bairro periférico da Zona Leste da cidade.

Durante a pandemia, após um traumático acontecimento de violência racista que tirou a vida de um conhecido no bairro onde morava, decidiu se mudar para uma ocupação de moradia no centro da cidade de São Paulo com os três filhos e o marido.

Entende a sua militância no Brasil como uma continuidade da luta por democracia e direitos humanos que iniciou em seu país. Participou de muitos grupos que se mobilizaram pela nova Lei de Migração, como por exemplo a Frente das Mulheres Imigrantes, e trabalhou como facilitadora em diversas organizações no Brasil e em organizações internacionais. Atuou diretamente em grupos de trabalho que originaram o Conselho Municipal de Imigrantes da cidade de São Paulo, onde anos depois chegou a ser eleita para a presidência. Atua junto a movimentos de moradia e auxilia imigrantes com a documentação e os direitos, acredita na luta pelo futuro dos filhos.

Atualmente, a sua principal fonte de renda é com o trabalho na cozinha e a produção de comida para vender. Durante a crise da Covid-19, fundou um espaço de gastronomia e cultura africana, um projeto de produção e venda de comida típica

de diversos países da África e de difusão da cultura africana com a participação de mulheres, principalmente da África do Sul, República Democrática do Congo e Angola. O projeto tem o apoio de uma ampla rede de movimentos sociais e coletivos.

Sobre o impacto da crise pandêmica no trabalho e na renda ela define como um "caos", referindo-se a perda do emprego na pandemia e o aumento do custo de vida, queixando-se de que o preço dos ingredientes dobraram ou triplicaram.

Muasi diz que um dos seus sonhos é *"conseguir trazer as duas filhas que ficaram no Congo e conquistar a revalidação do seu diploma de Direito no Brasil, para conseguir um trabalho na minha área de formação e seguir na luta em defesa dos direitos dos imigrantes"*.

IMAGEM 7 FOTO: Pixabay / divulgação.



Fonte: www.otempo.com.br

MARCEL

Marcel é imigrante haitiano, tem 44 anos, e diz que no Brasil foi onde passou a se identificar como negro. No Haiti graduou-se em teologia e educação, trabalhava no comércio durante o dia e à noite se dedicava à educação. Chegou a dar aulas de inglês.

Em 2013 chegou ao Brasil, após três anos na República Dominicana, e buscou estabelecer residência na cidade de São Paulo. Na capital paulistana vive com sua esposa e as três filhas, entre o bairro de Itaquera na Zona Leste da cidade e o

bairro do Glicério na região central. Trabalhou por um período inicial na Missão Paz, mas logo em seguida buscou o caminho para a organização própria de haitianos, com apoio da Central Sindical e Popular CSP-Conlutas e outras entidades, passou a ajudar e organizar os demais imigrantes.

Desde que chegou ao Brasil faz bico na construção civil e atua junto à Associação de Haitianos da qual faz parte. Também trabalha com tradução (inglês, português, creole) para algumas empresas. Com o desemprego durante a pandemia, resolveu investir em um mercadinho de bairro, que também serviu de moradia temporária para a sua família nesse período.

Marcel se identifica como um *“socialista fora da política”*. A partir da rede constituída pela associação que integra haitianos espalhados Brasil afora, mantém também contato com o país de origem e com haitianos que migraram para outros países, buscando ajuda mútua e lutando *“pela população, pelo povo, pelos pobres”*. Pretende continuar lutando pelo seu povo e gostaria de voltar ao Haiti para colocar em prática o que aprendeu no Brasil, para mudar a história com a sua luta.

IMAGEM 8 - Protesto de trabalhadores imigrantes



. Fonte: <https://www.midianews.com.br/>

ANTONIE

Antonie é haitiano, não se identifica como pertencente a nenhuma raça, possui 41 anos e chegou ao Brasil em 2012 pela fronteira com a Colômbia. No Haiti trabalhava como motorista. Depois do terremoto sofrido pelo país em 2010, migrou para outros países, passou uns anos na República Dominicana, de lá foi para os Estados Unidos e México. Em 2017 foi deportado dos Estados Unidos por não se “enquadrar” nos requisitos de trabalho exigidos pelo país. Lá, deixou parte de sua família, inclusive uma filha.

No Brasil, com o status migratório de refugiado passou a trabalhar na construção civil e como ambulante. Segundo ele, o Brasil é diferente, é mais fácil migrar para cá, pois assim que chega ao país, é possível emitir sua própria documentação para obter direitos, como o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a carteira de trabalho.

Hoje, Antonie mora em uma ocupação urbana no centro de São Paulo e foi durante a pandemia que o comércio de rua passou a ser a sua principal fonte de renda, vendendo mercadorias provenientes da China, no bairro do Brás.

Muitas vezes, precisando se desvencilhar do famoso “rapa”, ele relata os riscos de atuar como ambulante, sofrendo ameaças de perder mercadorias e enfrentando agressões físicas de agentes do poder público. Antonie relata que é frequentemente impedido de trabalhar pela violência policial, ainda mais nos meses mais agudos da pandemia, em que o comércio se encontrava fechado.

2.1 Trabalho, saúde e direitos de imigrantes na pandemia

(a) Condições de trabalho no contexto pandêmico, condição migratória e identificação de situações favoráveis à contaminação e adoecimento pela Covid-19;

2.1.1 O exemplo do trabalho de mulheres imigrantes na indústria de confecções

Desde o início da década de 1980, intensificando-se ao longo das décadas de 1990 e 2000, a indústria da costura tem sido o principal destino laboral de muitos grupos migratórios que se dirigem à capital paulista, sobretudo de imigrantes bolivianos e paraguaios, sendo crescente a absorção de mulheres nessa indústria.

Como analisado na pesquisa de Carlos Freire (2016, p. 10): “Neste período o setor passou por um processo intenso de reestruturação produtiva. (...) Neste movimento cresceu o número de oficinas de costura e houve um aumento do peso do trabalho informal, ao mesmo tempo em que diminuíram as vagas de emprego formal nas fábricas deste setor”.

Durante todo esse percurso, as condições laborais desses imigrantes ganharam a cena nos debates públicos, nas universidades, nos meios de comunicação, entre os próprios coletivos de imigrantes, como também por meio de diversas denúncias no Ministério Público do Trabalho (MPT).

Inseridos, na maioria das vezes, no ramo informal do trabalho e da economia, esses trabalhadores não têm direito a gozar de direitos, além de sofrerem constantes violações trabalhistas e de direitos humanos. Isso tudo para abastecer as grandes cadeias de roupas do comércio varejista, bem como para os comércios populares.

As narrativas trazidas adiante retratam a vida de mulheres trabalhadoras na indústria de confecções que foram vítimas dessas formas precárias e violentas de agenciamento da força de trabalho imigrante. Ao longo dos anos, conseguiram se livrar da figura do *intermediário*, porém ainda estão sujeitas à precarização do trabalho e à invisibilidade.

Os exemplos aqui trazidos referem-se tanto às mulheres no mercado informal da indústria têxtil quanto às trabalhadoras que realizam seu trabalho de costura no espaço em que habitam.

A entrevistada boliviana Valentina conta que antes da pandemia trabalhava em uma firma como piloteira com carteira de trabalho assinada. “Quando chegou a pandemia eles fecharam e mandaram todo mundo embora”.

E aí, durante o tempo da pandemia teve apenas alguns bicos na costura, principal trabalho que desenvolveu quando chegou ao Brasil. No dia a dia, entra no trabalho às 7h da manhã e não tem horário para sair, “porque a gente vive do que a gente produz”.

“Então se não produzimos muito, não temos dinheiro. E as prendas não tem um preço justo, são muito baratas. Enquanto o preço da matéria prima, como linha, o fio e as agulhas estão muito caros, estão uma nota ‘preta’, então a gente tem que se esforçar mais”.

Na rotina de Valentina não há descanso. *“Almoço ao meio dia, como rápido e depois volto a sentar na máquina, tomo um café a tarde e volto a sentar na máquina, às vezes tomo café na própria máquina. Geralmente o horário que paro de costurar é às 23h, meia noite”.*

Como está alugando um espaço para utilizar a máquina overloque, ela precisa sair de casa às 5h da manhã para chegar às 7h, utilizando dois ônibus para chegar e dois para voltar. E com relação ao transporte está muito difícil, porque o filho tam-

bém está estudando e demorou para sair o bilhete único do filho, então ele também estava gastando 4 passagens de ônibus.

A entrevistada Carla Lorena, também trabalhadora da costura boliviana, chama a atenção ainda para as doenças relacionadas ao trabalho que são recorrentes entre essas trabalhadoras. Segundo ela, além da tuberculose como grave problema de saúde do trato respiratório envolvendo as condições de trabalho, a infecção urinária é uma das principais enfermidades enfrentadas pelas trabalhadoras da costura, pelo banheiro compartilhado com homens, pelo fato de que *“se segura o xixi para não ir ao banheiro [...] é uma enfermidade que as mulheres têm vergonha de falar, tem receios de ir ao médico, de não saber falar português, de não ser entendida e ser julgada”*.

Além disso, a tuberculose é outra das principais enfermidades relacionadas a essas trabalhadoras, que ficaram ainda mais expostas na pandemia.

Segundo a pesquisadora Elisa Canjani as condições de trabalho para essas mulheres também implicam maiores dificuldades de conciliação com as tarefas domésticas e de cuidados com os filhos. É preciso conciliar com os prazos da oficina, com todos os elementos que envolvem a esfera doméstica: alimentação, vestuário, escola; além de *“eventuais demandas de saúde e a angústia por não se fazerem presentes nas necessidades afetivas das crianças e adolescentes. Acrescenta-se a esse quadro, os espaços insalubres, mal ventilados e mal iluminados, a pressão pelo pagamento do aluguel e o medo do despejo, o alto custo da vida na capital”* (CANJANI, 2021, p. 94).

As narrativas trazidas adiante vão ao encontro dessas problematizações e retratam o aprofundamento da piora das condições de vida de trabalhadoras imigrantes no mercado informal da indústria de confecções no contexto da pandemia da Covid-19 na região metropolitana de São Paulo, re-

fletindo sobre as condições de trabalho, saúde e formas de auto-organização para o cuidado comunitário e para lutar por direitos.

Na pandemia mudou tudo (para pior)

Carla Lorena analisa que durante a pandemia, as condições de trabalho e remuneração pioraram junto com a crise: *“Antes você sabia a quantidade de trabalho e quanto ia ganhar. Na pandemia fecharam as lojas, já não tinha corte, então você pegava de quem te dava serviço e o preço era muito baixo. E na pandemia só tinha essas máscaras para costurar pagando 10 ou 15 centavos. Quantas máscaras você tinha que fazer para conseguir pagar a luz, o fio e a linha? Então não pensava. Eu acabei não pegando muitas máscaras para costurar porque era um absurdo. E os gastos estão um absurdo com a matéria-prima”*.

Valentina revela situação similar. No dia-a-dia da pandemia, iniciava o trabalho na máquina de costura às 7h da manhã e não tinha horário para parar: *“porque a gente vive do que a gente produz [...] Então se não produzimos muito, não temos dinheiro”*. Além de costurar em casa, acabou tendo que alugar um espaço para utilizar a máquina overlock, ela precisava sair de casa às 5h da manhã para chegar às 7h, utilizando dois ônibus para chegar e dois para voltar, além dos custos do deslocamento.

Elas apontam que nas oficinas de costura, não houve nenhuma adaptação do ambiente de trabalho para a proteção contra a Covid-19 e outras doenças relacionadas ao trabalho, de modo que não houve um treinamento ou apoio para que as trabalhadoras utilizassem os equipamentos de proteção: *“muitas vezes esquecemos de trabalhar com máscara para proteger os pulmões e mesmo o uso de lentes (óculos de pro-*

teção) para proteger os olhos caso quebre uma agulha”.

Diante do agravamento da crise socioeconômica na pandemia e das barreiras para que imigrantes acessassem o auxílio emergencial, elas se juntaram com outras trabalhadoras da costura que também estavam passando dificuldades. Por meio da Associação de Mulheres Imigrantes Luz e Vida (AMILV), essas imigrantes iniciaram campanhas de arrecadação de alimentos e distribuição de cestas básicas às famílias cadastradas na associação e distribuídas por mais de dez bairros periféricos da região metropolitana de São Paulo.

Elas percorriam as casas madrugadas afora após as exaustivas jornadas de trabalho para fazer as entregas de cestas básicas para as comunidades integrantes da AMILV.

Nesse período de entregas de cestas básicas *“de casa em casa”*, Valentina e Carla Lorena contraíram a Covid-19. Em maio de 2021, Carla teve que ser internada, pois diz que o seu pulmão já estava quase *“99% comprometido”* e por isso chegou a ser intubada em estado grave na UTI em um hospital público na zona leste de São Paulo, onde ela relata ter sofrido tratamento discriminatório e violações de direitos.

Ser trabalhadora imigrante e adoecer na pandemia: relato de uma sobrevivente de intubação por Covid-19

Carla Lorena diz que *“sente o racismo”*, principalmente quando foi intubada pela Covid-19 em maio de 2021.

“Não sei o que passou, mas foram me mudando de sala em sala, sempre era de noite, às 2h ou 3h da madrugada e a última sala que me levaram foi em uma sala de cirurgia que não tem nada a ver com minha enfermidade. Todavia não havia me curado, eles sabiam da minha doença. Não havia nada nessa sala, só uma mesa, só aquela caminha, como é uma sala de cirurgia, é frio, não havia nada, cobertor, peguei um peque-

no lençol para me acobertar. Cheguei a pedir ao enfermeiro um cobertor e ele disse que estava procurando, que não tinha, quando perguntei se poderia ir ao banheiro, ele disse que também não tinha banheiro naquele corredor e tinha que deslocar muito longe (grifo nosso).

“Fiquei com raiva e disse a ele que precisava ir ao banheiro. Quando saí daquele local de internação, a ideia não era ir ao banheiro, mas ver onde ficava. Saí do banheiro e voltei a pedir ao enfermeiro pelo menos um lençol, porque eu estava doente do pulmão e ele voltou a dizer que não tinha. Perguntei porque haviam me levado ali, se havia vaga nos outros quartos. E o enfermeiro respondeu que não havia vaga, que aquelas camas já estavam definidas para pacientes que iriam descer. Então ele queria que eu dormisse, queria fechar a porta e eu me opus que fechasse a porta. E eu disse que não ia tomar os remédios, que não ia dormir, foi uma briga com essa pessoa e que queria falar com o encarregado do hospital e queria pedir a alta, para sair dali. Depois de muitas horas de briga, umas 5h da manhã, o enfermeiro já tinha vindo umas quatro vezes pra ver se eu já estava dormindo e querendo que eu tomasse os remédios, depois que veio uma pessoa dizer que iriam me transferir para uma dessas salas coletivas. Eles sabiam que eu estava debilitada de meu pulmão para negar um cobertor”.

(...)“Acho que isso é a razão da minha depressão agora. Essa é uma parte que me deixa mal, porque meus pensamentos são meus filhos e eles também pegaram Covid. Ninguém sabia onde eu estava, ninguém sabia nada de mim. Se não fosse a Valentina que se mobilizou com algumas amigadas que temos de advogados, que orientaram perguntar nos postos de saúde e porque não haviam informado a família para saber onde eu estava (grifo nosso). Me deixa mal, porque depois que saí do hospital não conseguia dormir toda a noite, aí vi que sim há preconceito. Eu não era a única migrante

que estava ali. Quando saí escutei uma brasileira chorar porque queriam colocar ela também naquele lugar. Logo de manhã veio um doutor e eu pedi alta médica, não estava toda recuperada, mas não queria ficar no hospital”.

Carla Lorena passou 10 dias no hospital e cinco dias intubada e sobreviveu à Covid-19, em um período em que ainda não havia vacinas de prevenção e enquanto o governo negacionista de extrema-direita liderado por Jair Bolsonaro tentava convencer que tratava-se apenas de uma “gripezinha”.

*“Eu briguei para sair de lá, mas muita gente não diz nada. **“Tantos imigrantes que morreram de Covid-19... penso que talvez tenham sido tratados da mesma forma. Tem gente que não briga, que aceita o que dizem. Ao contrário de mim que briguei pra sair de lá, pra ter um cobertor, para que me dessem meus remédios, mesmo doente eu brigava com eles. Não era só a mim, havia brasileiros também que eram tratados assim. (grifo nosso)”***

A saída do hospital, as sequelas e as redes de apoio

Em decorrência da Covid-19, Carla Lorena cita tanto a depressão quanto as dores no pulmão e o esquecimento, sintomas que têm sido frequentemente relatados na literatura científica pós-Covid: *“senti depressão e ansiedade quando saí do hospital. Deu uma ansiedade de comer, me sinto inchada, além das dores nos pulmões que não param, e o esquecimento. Acho que é uma sequela da Covid. É complicado porque não posso trabalhar igual, não tenho o mesmo ritmo de trabalho que tinha antes da Covid”.*

Carla reivindicou um apoio do Estado brasileiro para trabalhadoras(es) que estão enfrentando as sequelas da Covid-19: *“Eu ouvi dizer que o governo tem algumas ajudas para familiares de pessoas que morreram de Covid, mas não há ajuda para*

quem está sendo afetado pelas sequelas da Covid-19, porque já não conseguimos trabalhar igual antes”.

“Saindo dali sei que muitos de meus ‘patrícios’ (conterrâneos mais idosos) passaram pelo mesmo ou pior, e é por isso que muitos não querem ir ao posto de saúde, não querem ir ao hospital, mesmo estando com Covid-19. E a única ferramenta que temos utilizado é pelo Whatsapp, é por onde conseguimos saber quem precisa de ajuda, inclusive médica, já que tem médicos que atendem online”.

Como resposta coletiva aos diversos impactos da Covid-19 e aos problemas enfrentados por pessoas imigrantes no acesso aos serviços públicos, ela destaca o papel das tecnologias de comunicação no papel de cuidados, inclusive com o apoio de uma associação de médicos bolivianos que realiza atendimento virtual, mas diz que muitas pessoas imigrantes *“não sabem que esses grupos existem”.* Segundo ela, essas redes de Whatsapp tiveram papel fundamental quando iniciou a vacinação contra a Covid-19:

“Nós temos redes de grupos de whatsapp. O que fazemos é saber quem tem dificuldade e buscamos a forma de poder ajudar, outros pedem também da Bolívia, para saber como podem se curar da Covid-19 por meio de métodos alternativos. (...) Ainda há muitos que não receberam a primeira dose da vacina, e a gente por meio de nossos grupos tratamos de incentivar que tomem vacinas, porque nós pegamos, estávamos expostos, nossos pulmões estão delicados. A Covid-19 afeta os que estão descuidados, no caso os pulmões”.

Carla Lorena relata que, em Guaianases e entorno, morreram muitos pela Covid-19, amigos da Rua Coimbra (região próxima ao Brás conhecida pelo comércio popular de bolivianos), *“bastante pessoas morreram”*.

Ela conta que existe um grupo de médicos bolivianos que realizam o atendimento virtual: *“os médicos que atendem online são um grupo de médicos bolivianos que estão radicados aqui em São Paulo, eles formaram uma associação Impacto Salud. Eu acredito que muitos bolivianos não sabem que podem contar com esses médicos, então enquanto nossa associação a gente consegue expandir essa informação. Mas também há muitos que não sabem que esses grupos existem”*.

Segundo Carla, os grupos de Whatsapp eram utilizados não só pela covid, mas também pelos assaltos que estavam acontecendo: *“Pelo whatsapp é possível se comunicar, sabendo o que está acontecendo para além de Guaianases, então por meio disso conseguimos ter contato e nos inteiramos sobre a situação dos vizinhos e comunidades bolivianas”*.

2.1.2 O exemplo do trabalho migrante entre as trabalhadoras domésticas

A presença de mulheres imigrantes no trabalho doméstico no Brasil relaciona-se com o novo ciclo do “mercado global de cuidados” na divisão internacional do trabalho reprodutivo, que reverbera antigas estruturas de distinção racial desta atividade, delegada em nosso país historicamente às mulheres negras como herança dos 350 anos de escravidão com quase nenhuma reparação. No recente artigo “Mulheres imigrantes no trabalho doméstico remunerado em São Paulo: duas trajetórias e uma multiplicidade de arranjos”, da socióloga Ester Martins, destaca-se a: “lacuna na literatura sobre as condições

laborais das trabalhadoras domésticas imigrantes no Brasil (VALENZUELA et al., 2020)” (MARTINS, 2020). A socióloga aponta que, de acordo com a OIT (2015), mais de um terço (35%) das imigrantes na América Latina se ocupam desse tipo de trabalho, cuja demanda vem crescendo também no Brasil.

A entrevistada boliviana Agustina, que desenvolve atividades no sindicato municipal dos trabalhadores domésticos da cidade de São Paulo, porém sem um cargo remunerado, confirma essa tendência: “tem aumentado o número de domésticas imigrantes, atendo cada vez mais venezuelanas, paraguaias, bolivianas, chilenas, congolezas”. Ela conta que atende cerca de 10 trabalhadoras imigrantes por mês, além de organizar eventos e encontros de conscientização de direitos.

Durante a pandemia, ela considera que além da piora das condições de trabalho para o universo das trabalhadoras domésticas, houve uma piora significativa para as trabalhadoras domésticas imigrantes pois, segundo ela, a maioria não sabe nem ler e nem escrever em português: “patroas acham que não tem direito, tratam como escravas”.

Ao ser perguntada sobre as alterações das atividades e condições de trabalho nesse período, bem como o significado dessas alterações no cotidiano das trabalhadoras domésticas com quem tem contato, Agustina revela que chegou um ponto em que: “as patroas falavam que o governo ia pagar o auxílio emergencial e que então não precisavam pagar pelo trabalho. Exigiam que dormisse no serviço”, sendo frequente casos de quarentena forçada na casa do empregador, sem horário de dormir, de levantar, de almoço, de descanso.

E complementa que percebeu que houve um aumento de demissões de mensalistas, mas em troca as patroas queriam trabalho como diarista. “E se acidental? E adoecimento? Quando ficavam doentes e voltavam ao trabalho, as patroas não queriam pagar, mesmo com atestado”. E sobre as formas de

prevenção ao coronavírus, ela diz que a maioria das patroas não fornecem os EPI's.

Em face da crise e da falta de trabalho, Agustina diz que as trabalhadoras tiveram que se reinventar, produzir máscaras, salgados, etc. E que essas mulheres têm família, crianças e idosos para cuidar, precisam mandar remessas para os seus países.

Quando consultada sobre o acesso a direitos, Agustina demonstra preocupação com a demora no andamento dos processos judiciais, especialmente nos casos de domésticas que fugiram de condições análogas à escravidão e tentaram denunciar. Um outro ponto no acesso à justiça relatado por ela trata da dificuldade das imigrantes preencherem formulários *online* para conseguir atendimento: "a pandemia piorou, tapa na cara da gente tem que "esperar", as imigrantes sofrem mais, são invisíveis e tem medo". Ela atuou sobre o caso de uma filipina resgatada do trabalho análogo à escravidão, funcionária de uma pessoa ligada ao Consulado dos Emirados Árabes, durante a pandemia em São Paulo. O caso veio a público em 2020 na matéria da organização Repórter Brasil intitulada: "Você nem parece gente".²

A entrevistada chama a atenção para o fato de que o sindicato das domésticas é o primeiro do Brasil que possui convenção coletiva e que a sua atuação nesse período da pandemia foi fundamental para preservar direitos e defender o aumento do salário mínimo.

Como observa a socióloga Helena Hirata (2022): "A situação das trabalhadoras domésticas foi bastante afetada pela pandemia, mas ao mesmo tempo houve uma reação do movimento social muito grande. Por exemplo, a Fenatrad (Fe-

² Fonte: <https://reporterbrasil.org.br/2020/05/voce-nem-parece-gente-empregadora-e-investigada-por-manter-domestica-filipina-trancada-por-8-meses-sem-folga-e-sob-ameacas/>

deração Nacional das Trabalhadoras Domésticas) fez muitas campanhas: pela manutenção do salário durante a pandemia e pela preservação do emprego. Isso é um ponto a favor das mulheres no mundo do trabalho no Brasil".³

2.1.3 O exemplo do trabalho imigrante "empreendedor"

No que diz respeito aos imigrantes que se identificaram nas entrevistas como empreendedores, percebe-se que o discurso do empreendedorismo revela, na realidade, uma condição de extrema precariedade, insegurança, sobrecargas de trabalho e tarefas domésticas, bem como a dependência de empréstimos privados e/ou apoio de redes como ONG's e movimentos sociais.

Pesquisas acadêmicas, como o recente artigo "*On-Demand Migrants: Entrepreneurialism, Platformization, and Migration in Brazil*" de Sofia Zanforlin e Rafael Grohmann (2022), apontam para uma tendência da agenda neoliberal supranacional, por meio de agências humanitárias como a ACNUR e a OIM, que tratam o empreendedorismo como uma alternativa para a integração econômica e social de imigrantes.

O contexto da pandemia, para essas(es) trabalhadoras(es), intensificou o sacrifício no trabalho, piorou as condições de vida/moradia e aumentou os riscos de exposição ao coronavírus.

A entrevistada Muasi, refugiada congoleza, define esse período da pandemia da Covid-19 como um "caos" para trabalhadoras autônomas como ela.

Relata que, em razão da falta de emprego acompanhada

³ Fonte: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/08/09/mulheres-trabalho-e-movimento/>

da violência no bairro onde morava com a sua família, no extremo da Zona Leste de São Paulo. Foi nesse bairro onde, em maio de 2020, no auge das medidas de contenção da Covid-19, o trabalhador angolano João Manuel de 47 anos, solicitante de refúgio, foi morto a facadas por um vizinho quando retornava do trabalho. Segundo as testemunhas, antes de esfaquear o angolano até a morte, o vizinho brasileiro declarou: “você estrangeiros vem para cá para roubar nossos empregos. Você estrangeiros não deviam receber nada (em referência ao auxílio emergencial do governo na pandemia)”. O acontecimento provocou a ampla mobilização por justiça entre as comunidades imigrantes.

A entrevistada Muasi, que conhecia João Manuel e morava no mesmo bairro, se sentiu com medo e buscou refúgio em uma ocupação de moradia: *“Aí a gente vive assim, as ameaças e tudo isso. A gente não sabe o que pode fazer, o que vai acontecer. A gente vive assim, inseguro, entendeu? Por isso é que a gente tinha saído. Como é que eu cheguei na ocupação? Eu conheci o MSTC, eu conheci a ocupação porque eu faço parte do GRIST.”*⁴.

Após reviver mais esse acontecimento traumático, e enfrentar uma nova forma de refúgio urbano, conseguiu o apoio do movimento social na ocupação para desenvolver um projeto independente de gastronomia e cultura africana. Muasi conta que: *“Eu tinha me mudado no início da pandemia para a ocupação, entendeu? Eu moro aqui na ocupação e trabalho aqui na ocupação. Aí a preocupação não era só o risco de sair de casa devido à pandemia. Você sai da minha casa, sobe em outro andar, onde está a cozinha para trabalhar. E foi uma grande rotina*

⁴ O GRIST é o grupo de refugiados e imigrantes sem teto, que surge no auge das ocupações de moradia na cidade de São Paulo e é retratado no filme *Era o Hotel Cambridge*, da diretora Eliane Caffé.

para mim, da minha casa pra cozinha, da cozinha para minha casa, já que em outros projetos a atividade foi muito virtual”.

Além do MSTC, movimento de moradia que acolheu o projeto de gastronomia, ela cita algumas redes de apoio que considera que foram fundamentais para desenvolver as suas atividades no período pandêmico, dentre eles: o Consulado da Mulher e o projeto Pão das Manas (que ajudou com o plano de negócios), o projeto Gastromotiva, o projeto Lute Como Quem Cuida, e o Deslocamento Criativo que contribuiu na intermediação com as plataformas digitais e os entregadores antifascistas (que fazem a entrega das quentinhas). Ela também cita o grupo Fronteiras Cruzadas, a ONG Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) e a OIM, que ajudaram na articulação de eventos *online* e com projetos de geração de renda emergencial.

Segundo Muasi, que também trabalhava voluntariamente como agente de saúde em uma UBS do centro de São Paulo, a sua fonte de renda durante a pandemia foi principalmente a cozinha (cerca de 90%). Além do seu projeto independente que acontece em média 1 vez por semana, ela se dedicava, principalmente nos fins de semana, aos projetos da Cozinha da Ocupação 9 de Julho, por meio do projeto Lute Como Quem Cuida.

Ao descrever a sua rotina de trabalho em um dia normal, menciona que atua em todas as frentes que envolvem a logística do preparo da comida na ocupação, desde a compra de ingredientes, a estocagem, a orientação de cozinheiros, que varia entre 3 e 7 pessoas, além de voluntários.

A entrevistada aponta a falta de registro na carteira de trabalho (ela faz a comparação com um restaurante) e a sobreposição de tarefas que decorrem da falta de estrutura como um dos principais problemas:

“E você viu que fora o salário (em um restaurante), a pessoa

tem alguns benefícios e garante a vida dela, tem o FGTS, essas coisas. Mas nós (empreendedores) trabalhamos mais. No restaurante o trabalho é bem definido. Quando você é auxiliar de cozinha, por exemplo, é definido o auxiliar ou para acompanhar o chef. No fogão, o tipo ajuda no corte da comida, entendeu? Corta cebola, cenoura, todos os ingredientes. Ou você trabalha de auxiliar na limpeza, por exemplo. E você fica na área de limpeza, lava panela, lava prato (...) Mas você viu que nós trabalhamos de tudo, entendeu?”

Soma-se a essa logística, os custos de manutenção e administração da plataforma responsável por intermediar as entregas da comida.

E tem a questão que, segundo ela, os pratos dependem dos clientes-alvo: *“os ingredientes são especiais, os pratos tem valor fora da faixa do prato brasileiro (e ainda tem valor da entrega, a depender de onde a pessoa mora); 1 caixa de banana da terra era 40/50 reais e batata doce 25/30, arroz; embalagens; gasolina do entregador; hoje o preço dobrou ou triplicou; gás era 40/45 e chegou a 120”*.

“Eu trabalhei quase em perda”, e complementa que teve que trabalhar sozinha para fazer a tarefa de três ou quatro pessoas, e *“isso mexe no meu corpo, porque fica pesado pra mim”*.

“Não sei como explicar. Sabe, parece que você trabalha para não ganhar. Você trabalha para resolver o problema dos outros.”

E ainda tem o risco do trabalho, sem nenhuma garantia de direitos e seguro saúde em caso de acidentes de trabalho e enfermidades. *“A cozinha é em si uma área de risco. E, fora disso, o risco foi ainda maior com a pandemia.”*

Ao refletir sobre o que mudou na sua vida desde o início da pandemia, a entrevistada Muasi resume: *“cortou minha livre circulação com a minha terra, estamos sem passaporte e tem uma circular proibindo o embarque para o meu país”*. Ao mesmo tempo, ela diz que o Brasil está perdendo mui-

tos imigrantes, em razão da crise e do desemprego, o que também foi um aspecto levantado por outros entrevistados.

Ainda, chama a atenção os relatos, não apenas de Muasi, sobre como a falta de trabalho e a desvalorização da moeda real impactou no envio de remessas para a sua família no exterior, o que desencadeou a necessidade de buscar outros bicos para complementar a renda.

Segundo Muasi: *“eu que vivo uma vida dupla, metade no Brasil e metade no meu país, e se for ver, não tenho como levar o Real pro Congo. Tem que fazer um câmbio em dólar. Aí o dólar tinha aumentado bastante, entendeu? Hoje, para enviar, por exemplo, 100 dólares pro Congo é quase R\$600,00, entendeu? E esses 100 dólares é insignificante no Congo, não significa nada”*.

Com relação aos cuidados na pandemia, a entrevistada relata que na ocupação onde vive, no período mais crítico da contaminação pelo coronavírus, o Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) interditou visitas e assembleias. Na portaria tinha um caderno para controle de horário de entrada e saída ; álcool gel; obrigação de usar máscara nos corredores ; e distribuição de máscaras. Ela afirma que uma das ações mais importantes foi a vacinação contra a Covid-19 que aconteceu dentro da ocupação.

Além de ter sido vacinada anteriormente como agente de saúde, Muasi chama a atenção para os cuidados a partir do que ela chama de *“prática tradicional africana”*, que segundo ela envolve um processo de purificação com folhas e ervas da cultura africana. Por trabalhar na cozinha, interagindo com muitas pessoas, ela acredita que essa forma de cuidado contribuiu para que não ficasse doente.

Empreendedor imigrante entre um mercadinho de bairro e os bicos

O setor de serviços e o comércio de forma geral foram um dos setores mais impactados pela pandemia da Covid-19. Segundo dados do IBGE, em 2020, houve uma retração de 7,8%. Em muitas cidades, como a capital paulistana, foi decretado logo no início de março do mesmo ano, o fechamento e paralisação do comércio e de muitos serviços que requerem trabalho e atendimento presencial. A construção civil teve uma piora de 47,9%, já a queda do comércio representou 46,3% até o mês de agosto do referido ano. Isso significa que muitos trabalhadores que atuam nesses setores perderam trabalhos e ou tiveram uma forte queda em suas arrecadações.

O campo da construção civil, por exemplo, é um dos setores que mais emprega a força de trabalho imigrante, como é o caso de nossos interlocutores Marcel e Antonie. Ambos relatam que perderam trabalhos de “bico” que faziam na área. Diante da falta de trabalho, esses imigrantes precisaram se arriscar em outras formas de sobrevivência.

Marcel atua em diversos “bicos” e trabalhos na prestação de serviços, como a construção civil, o trabalho como tradutor e intérprete, assessoria na associação de imigrantes da qual faz parte, etc. Após a perda de parte significativa de seus “bicos”, ele passou a se dedicar ao mercadinho do qual é sócio com outras pessoas no bairro do Cambuci, no centro da capital paulista. O mercadinho passou a ser a principal fonte de renda de sua família.

Morador do bairro de Itaquera na Zona Leste, o deslocamento entre sua residência e o mercadinho ficaram prejudicados pelo alto custo do transporte, pelo aumento das contas básicas como energia elétrica, pela queda de rendimento e,

principalmente pela dedicação exclusiva que passou a ter com o empreendimento, o que requeria mais tempo no estabelecimento comercial.

Nesse período, Marcel passou a investir no mercadinho, principalmente porque parte dos sócios que tinha antes da pandemia não conseguiram mais atuar diretamente, recaindo sobre ele a maior parte do trabalho. *“Até teve um certo momento, de pagar funcionário, tinha duas pessoas trabalhando quando entrou a pandemia. No meio da pandemia, tivemos que demitir essas pessoas (...) e a gente está tentando seguir”.*

A partir dos meses mais agudos da pandemia, ele e a esposa passaram a se revezar entre os turnos da manhã, tarde e noite, passando a maior parte do tempo no mercadinho. Além disso, ainda precisam se dedicar aos cuidados dos filhos que também não estavam frequentando a aula presencial na escola e na creche em razão da pandemia.

Durante a crise pandêmica, Marcel chegou a atrasar o aluguel e teve a luz do estabelecimento comercial cortada por duas vezes, precisando recorrer a empréstimos e retirar dinheiro que tinha no Haiti para conseguir pagar as contas e reerguer o mercadinho. Comprou mercadorias e quando o comércio pôde reabrir, aumentou o tempo de expediente, trabalhando desde as primeiras horas da manhã até às dez horas da noite de segunda a sábado, e no domingo abre o mercadinho depois do meio dia. Marcel diz que fez *“de tudo para poder levar o mercado. Mas graças a Deus está crescendo, mas com uma dedicação minha e junto com minha esposa também”.*

Marcel chegou a adaptar o mercadinho com álcool em gel em busca de evitar a infecção. No entanto, relata possuir uma grande dificuldade em usar máscaras que para ele causa um enorme desconforto, fazendo-o sufocar. Como forma de se prevenir da Covid, ele conta que busca se apoiar em tratamentos naturais que têm conhecimento a partir de uma naturalista

que ensina receitas caseiras em uma rádio haitiana da qual ele e outros grupos haitianos na cidade escutam.

Na pandemia, Marcel foi um dos responsáveis pelo encaminhamento de demandas de imigrantes, não apenas de haitianos, mas de outros grupos migratórios vulnerabilizados durante a pandemia, seja na mobilização pela luta e distribuição de cestas básicas e também na orientação para o acesso a direitos. Ele relata saber da existência de imigrantes que estão buscando outras rotas migratórias para sobreviver, principalmente tendo como destino os Estados Unidos, e tenta aconselhar que talvez esse não seja o melhor caminho em razão dos riscos dessa travessia.

Além disso, durante a pandemia, uma de suas grandes preocupações foi com relação à saúde mental dos imigrantes. Segundo Marcel: *“Cresceu muito o problema com as drogas, bastante, bastante. Eu posso dizer que nós aqui que estamos perto da pessoa que perdeu toda a razão nesse momento da pandemia. Falta de trabalho, falta de condição para pagar o aluguel e falta de dinheiro para poder voltar ao país de origem. Falta de dinheiro também”*

2.1.4 O exemplo do trabalho imigrante no mercado ambulante

Em março de 2021, o governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura de São Paulo anunciaram o fechamento de todo o comércio sob a justificativa da real necessidade de prevenção ao coronavírus. Com a queda das vendas, sem outras formas de trabalho e sob constante ameaça de despejos, parcela significativa desses trabalhadores, como o haitiano Antonie, encontraram no comércio ambulante, nas ruas, principalmente nas regiões historicamente marcadas pelo intenso comércio, como o bairro do Brás, a sua única alternativa de fonte de renda.

Mesmo nos meses em que as lojas, shoppings e galerias se mantiveram fechadas devido às medidas restritivas, esses trabalhadores imigrantes compartilharam os espaços urbanos com ambulantes brasileiros na luta pela sobrevivência e também contra a violência policial.⁵ A pretexto de combater a disseminação do vírus da Covid-19, o Estado utilizou de todo o seu aparato policial e seu exército de coletes laranjas, os *laranjinhas*, para empreender uma verdadeira guerra urbana contra trabalhadores ambulantes. Nos meses mais agudos da pandemia foram mobilizadas equipes de remoção e apoio de limpeza urbana da Prefeitura. São inúmeros relatos como o de Antonie sobre a violência usada contra esses trabalhadores, que além de *“pegar mercadoria, aí bate, aí pode até matar, quebrar os braços, quebrar a perna. Não tem trabalho, não tem verba, aqui eu sobrevivo, eu sou pedreiro, não tem trabalho, não tem muita coisa pra fazer”* (...) *“Aqui para os imigrantes sobreviverem, tem muita coisa que está acontecendo na rua, e o rapa⁶ta quebrando toda a mercadoria, tá quebrando tudo, fazendo a gente trabalhar dia sim, dia não”*.

Soma-se a essa situação de violência estatal, as dificuldades enfrentadas por imigrantes para acessar o irrisório auxílio emergencial. Sua rotina de trabalho na pandemia no comércio

5 Em janeiro de 2021, um ambulante, vendedor de açaí conhecido por Jeová, foi brutalmente agredido por policiais militares, com suporte da equipe de remoção e apoio da Prefeitura, quando retornava para a sua casa, uma ocupação no centro de São Paulo. Na ocasião, a violência foi gravada pelos circulantes da rua, e o vídeo rapidamente ganhou repercussão. Como forma de solidariedade ao trabalhador e como forma de protesto às violências vividas pelos ambulantes na cidade, sobretudo neste período pandêmico, foi realizado um ato na Praça da Sé em direção ao local do ocorrido com o objetivo de denunciar e também reivindicar que o equipamento de trabalho do vendedor fosse liberado pela subprefeitura responsável. Esse caso ilustra o modus operandis do Estado que busca agir no controle da cidade mediante forte repressão.

6 O rapa é a forma como popularmente os trabalhadores da rua ambulantes referem-se à fiscalização da Prefeitura, pois quando tem operação, esses agentes estatais passam nas ruas confiscando toda a mercadoria de trabalhadores que não tenham a “permissão legal” para comercializar nas vias públicas. Muitas vezes, mesmo que o ambulante tenha algum tipo de permissão, eles também passam a ser alvos do confisco de mercadorias.

ambulante é bastante variada, pois há vezes que chega na rua à meia noite, tem dia que chega às 2h da madrugada (para aproveitar a movimentação da feirinha da madrugada), e há dias que chega nas primeiras horas da manhã, estendendo sua jornada de trabalho até o meio da tarde.

Antonie conta que, durante a crise da Covid-19, chegou a perder sua mercadoria duas vezes para a fiscalização da Prefeitura. Em diversos momentos sua tentativa de venda é marcada de forma mais intensa pela mobilidade. Para além do comércio ambulante já ser marcado pela mobilidade, como o próprio nome sugere, essa situação se intensifica, fazendo com que os trabalhadores tenham que se mover constantemente para fugir da fiscalização.

Parte do que Antonie ganhava com as poucas vendas que fazia, ele utilizava na compra de novas mercadorias. Para conseguir pagar as contas, ele chegou a contrair dívidas com agiotas na região, com juros altíssimos, transformando sua dívida em uma bola de neve. Muitas vezes quando ia trabalhar na rua, mesmo quando o “rapa” não aparecia, não conseguia vender nenhuma peça de roupa (Antonie vendia roupas infantis que compra de pacote fechado com “o chinês”), tem dias que consegue vender R\$30,00, R\$40,00.

Ou seja, as condições de trabalho experienciadas e, de certa forma, impostas fez com que a sua sobrevivência, inclusive no trabalho, fosse possibilitada pela promoção de redes de apoio construídas entre os grupos ambulantes, incluindo imigrantes nesse setor. Antonie chegou a receber cestas básicas de lideranças de ambulantes e foi acolhido em ocupações de moradia urbana, as quais têm sido importantes ancoramentos para famílias de imigrantes no atual contexto de crise.

Como diz a ativista congoleza Hortense Mbuyi em inúmeros debates que pudemos acompanhar: *“O Brasil recebe, mas não acolhe, quem acolhe é o movimento de moradia”*.

(b) Testagem para Covid-19;

Entre as pessoas entrevistadas, em razão da própria condição de informalidade, não houve testagem como protocolo no ambiente de trabalho. Em nenhum caso, seja no setor da costura, das domésticas e cozinheiras, dos ambulantes e do comércio, havia testes disponibilizados pelo Estado ou qualquer tipo de incentivo à testagem como prevenção no ambiente de trabalho.

A principal preocupação com relação aos testes foi colocada pela entrevistada Muasi que trabalha na cozinha: *“O inimigo é invisível. Você não sabe se a pessoa já contraiu a doença. Entendeu? Porque talvez as pessoas não fazem um teste para prevenir, para saber se era positivo ou não. A maioria só faz quando sente sintoma, entendeu? Tipo tô com gripe, com febre, dor de cabeça. Será que vai testar? Mas quando ainda não aparece um sintoma, a pessoa pode estar trabalhando na cozinha, sabe? A gente usa os mesmos utensílios e cozinha junto.”*

(c) Compreensão sobre a pandemia em si e sobre a vacina: prevenção e resposta do Estado à doença;

Globalmente e no Brasil, além das desigualdades relacionadas ao mundo do trabalho, dentre os maiores desafios para os grupos sociais imigrantes e refugiados no contexto pandêmico estão as barreiras no acesso à vacinação contra a Covid-19 e a falta de políticas de prevenção e enfrentamento à doença, a exemplo da falta de dados oficiais para comparar os impactos da Covid-19 nessa população. Como já ressaltado, tratam-se de problemas estruturais que foram intensificados na pandemia.

No caso das lutas no campo da saúde, a pesquisadora María Villarreal destaca que inicialmente:

as demandas se concentraram sobretudo em visibilizar o impacto da pandemia sobre a população migrante, exigindo políticas de saúde pública para atender às necessidades específicas deste grupo. Em maio de 2020, mais de 20 organizações, coletivos e associações de migrantes que trabalham com migração e direitos humanos, como a Missão Paz, o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante - CDHIC, o Fórum Internacional Fronteiras Cruzadas - Fontié ki kwaze, o Centro de Referência para Refugiados - Caritas Arquidiocesana de São Paulo, a Equipe de Base Warmis - Convergência de Culturas, entre outros, prepararam uma carta aberta ao Ministério da Saúde solicitando a inclusão do registro de nacionalidade nos formulários e sistemas da entidade. (VILLARREAL, 2021)

E completa: “Segundo estas organizações e a Rede de Atenção à Saúde de Imigrantes e Refugiados, a ausência dessas informações nos registros do Ministério da Saúde invisibilizou os efeitos da pandemia e impediu a avaliação dos efeitos de outros problemas de saúde na população migrante e refugiada, dificultando o desenvolvimento de políticas públicas”.

No Brasil, apesar da histórica mobilização dos próprios imigrantes e das iniciativas de instituições de direitos humanos que conquistaram espaços de reivindicação e diálogo com o Estado, a exemplo da COMIGRAR – Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, ocorrida em São Paulo no ano de 2014 e que terá a segunda edição em 2024 –, verifica-se um vácuo nas políticas de coleta e sistematização de dados sobre a população imigrante.

Um outro exemplo se refere à inexistência da categoria “nacionalidade” em grande parte dos sistemas de coleta de informação nas instituições do Estado brasileiro, como é o caso do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) em que a nacionalidade não consta entre os marcadores de identificação das mulheres que realizam o parto na rede pública. Segundo Teixeira e Oliveira (2017, p. 263): “O Sistema de Saúde parece desconhecer a possibilidade de que os migrantes

venham a sofrer violências”.

É importante lembrar, ainda, que desde o início da pandemia, o governo brasileiro passou a operar em processos de subnotificação de dados de mortos e contaminados pela Covid-19. Os mapas institucionais produzidos tendem a mostrar uma visão geral do número de infectados, mas escondem as realidades específicas de cada localidade e o impacto da pandemia nas populações imigrantes.

Nas grandes cidades, como é o caso da capital paulista e outras regiões metropolitanas, o monitoramento passou a ser feito a partir de grandes distritos. Em junho de 2020, o Ministério da Saúde retirou de seu portal de dados abertos (DATASUS) as informações dos casos de hospitalização a partir do CEP de cada pessoa contaminada. Dessa forma “dificulta ainda mais a compreensão sobre a disseminação da pandemia no território brasileiro, limitando inclusive a formulação de estratégias adequadas para seu enfrentamento” (LABCIDADE, 2020). É ainda importante ressaltar que foram “retirados de todos os bancos de dados a variável ‘CEP’, inclusive das planilhas anteriores, ocultando não somente o presente, mas apagando a história” (idem). Isso pode sugerir mais um mecanismo do Estado brasileiro em esconder tanto o número mais aproximado de mortos e contaminados, e também de promover uma leitura nebulosa do real quadro de contaminação.

A importância do monitoramento via CEP está centrada na possibilidade de identificação de “possíveis fatores sociais, territoriais, de migração (nosso acréscimo) ou de ineficiência de políticas públicas para a maior letalidade em um território específico e a partir desta identificação a construção das políticas emergenciais adequadas a cada lugar” (ROLNIK, MARINO, KLINTOWITZ, BRITO, RESENDE, et al., 2020), como, por exemplo, a disponibilidade de leitos hospitalares. A análise da contaminação via CEP, além de possibilitar políticas mais

efetivas de combate ao vírus, ajudaria na leitura do impacto da pandemia também entre as populações migrantes em sua diversidade, a partir do cruzamento de dados entre moradia e pessoas infectadas pelo vírus de acordo com a nacionalidade, raça/etnia e gênero.

No que diz respeito às políticas do Estado, no âmbito federal, estadual e municipal, na prevenção e enfrentamento à doença entre as populações imigrantes, a entrevistada Muasi analisa que “*não existe*” e dá o exemplo da dificuldade de vacinação pela falta de comprovante de residência (em decorrência de uma Portaria da Prefeitura de São Paulo) e a saga pelo auxílio emergencial. Segundo ela: “*O imigrante já vivia na dificuldade antes da pandemia. A pandemia aprofundou as questões sociais e levou o imigrante mais para o fundo*”. Tampouco existem dados sobre vacinação de imigrantes conforme informaram o Ministério da Saúde, a Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado de São Paulo à reportagem do UOL.⁷

Sobre a questão da indocumentação, a entrevistada Valentina destaca que: “*Passado dois anos de pandemia, com os atrasos para a renovação dos documentos, agora estão exigindo o carimbo com a data de entrada do país, o que dificulta ainda mais, principalmente porque é como se tivesse que começar do zero, retirando uma nova documentação*”. Já a entrevistada Muasi, levanta um outro problema que diz respeito à discriminação no acesso à regularização migratória conforme a nacionalidade, tendo em vista que, segundo ela, as(os) africanas(os) enfrentam maiores barreiras para garantir esse direito junto ao Estado brasileiro.

Nesse sentido também a entrevistada Agustina corrobora que não houve políticas direcionadas a imigrantes no período

7 Fonte: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/03/04/morro-de-medo-imigrantes-sem-documentacao-regular-ficam-sem-vacina-em-sp.htm?cmpid=copiaecola>

da pandemia: “*sendo mulher, imigrante, negro, não importa, é discriminado, ainda mais se mora na periferia. Infelizmente o imigrante não vota - estou há 26 anos no Brasil, pq não tenho direito de votar?*”. Ela reivindica ainda que “*deveria ter mais estrutura de atendimento de saúde e outros serviços públicos em várias línguas. (...) as políticas públicas estão só no papel*”.

Além disso, não podemos deixar de mencionar os processos políticos de lutas travados em torno da vacina que dificultaram, não apenas o acesso à vacina, mas também a conscientização de sua importância entre toda a população residente no território nacional, brasileiras/os e imigrantes.

(d) Trabalho e saúde mental

Uma série de debates e pesquisas abordaram a questão da saúde mental de imigrantes e refugiados no contexto pandêmico⁸.

Nesse campo, ressaltamos que duas entrevistadas apontaram para a questão da depressão como sequela da infecção por Covid-19 e destacaram o agravamento da violência doméstica como parte do machismo e da crise socioeconômica, já que argumentam que o aumento do desemprego foi um fator de aumento de violência física e mental contra as mulheres.

A boliviana Valentina trouxe o exemplo de uma trabalhadora da costura: “*Ela entrou em depressão e não quer sair depois que contraiu a covid, ficou com medo (...) uns estão com depressão por decorrência de ter contraído Covid. Aumentou a violência intrafamiliar, porque há casais que não conseguem ter o dinheiro*

8 Sobre o assunto da saúde mental na perspectiva de imigrantes durante a pandemia, recomenda-se ler o artigo “Mobilidade humana e coronavírus: a saúde mental de imigrantes em meio a pandemia da Covid-19” de Hiordana Bustamante - <https://www.museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/mobilidade-humana-e-coronavirus-a-saude-mental-dos-imigrantes-em-meio-a-pandemia-da-covid-19>

o suficiente e gastam o que não tem, é onde começam as brigas.”

A mesma problemática é compartilhada pela boliviana Carla Lorena: *“As mulheres somos as que mais absorvemos os problemas, nossos filhos, nossos maridos, nossas contas, a comida, em si tudo nos vem em cima. O marido automaticamente pensa em brigar com a mulher, já começam os golpes, os gritos. Há uma necessidade imensa da nossa comunidade por psicólogos. Temos casos muito extremos, violência de crianças e adolescentes. Havia uma criança que estava sendo molestada pelo pai, eu consegui tirar de casa, mas a mulher é tão apaixonada pelo marido que chora muito, a menina está se sentindo culpada, então um psicólogo iria ajudar”.*

Segundo elas, o adoecimento mental já vinha de antes, frequentemente acompanhado de agressão verbal e física por parte dos companheiros. Para ela, durante a pandemia, o sofrimento foi maior pois as mulheres evitavam contar a realidade do que estavam passando no Brasil para não preocupar a família no país de origem.

2.2 Mobilização política e estratégias em rede mobilizadas por imigrantes em São Paulo

Os ativismos imigrantes no contexto da pandemia no Brasil, assim como em outras partes do mundo, reuniram pautas e reivindicações heterogêneas relacionadas com “as lutas contra a exploração no trabalho, antidiscriminação e anti-xenofobia; protestos e ações contra a deportação; a reivindicação do direito ao retorno e, no caso de comunidades como a boliviana, também mobilizações para manter direitos políticos como o direito ao voto no país de origem” (VILLARREAL, 2021).

Em fevereiro de 2021, foi emblemático o episódio protagonizado por um grupo de cerca de 400 imigrantes, principal-

mente haitianos (a reportagem da Amazônia Real falava em grande número de mulheres e crianças) que ocuparam uma ponte na fronteira Brasil-Peru em protesto à violência policial, que buscava impedir a passagem para o lado peruano. Eles denunciavam a falta de emprego e as barreiras para acessar o auxílio emergencial como motivos para a saída do Brasil e relataram estar em busca de meios de sobrevivência nos Estados Unidos. O protesto foi desmobilizado após uma ação judicial que permitiu a atuação das Forças Armadas em caso de resistência à desocupação da ponte.

Ainda mais emblemática foi a revolta organizada em torno da luta por justiça e reparação pelo brutal assassinato do jovem trabalhador congolês Moïse Kabagambe, que morreu lutando por seu direito de receber o salário de um Quiosque na praia da Barra da Tijuca:

Em poucos dias, nas principais cidades do país, movimentos da negritude e de migrantes realizaram reuniões de articulação e organização do que veio a ser o ato #JustiçaPorMoïse. Marco histórico da pauta da migração, estes atos escancararam a realidade do racismo xenofóbico no Brasil. Para além da repercussão da violência praticada contra Moïse e da viralização da revolta nas redes sociais, o ineditismo dos atos foi a sua capilaridade e a capacidade organizativa dos próprios coletivos migrantes em aliança com movimentos sociais brasileiros. No dia dos atos, “caravanas de migrantes”, ônibus e mais ônibus traziam trabalhadores/as das periferias dispostos a se somar às manifestações. Em mais de vinte cidades do Brasil, também do exterior (Paris, Londres, Nova York, Luanda e outras), manifestantes ocuparam as ruas com cartazes que catalizavam as lutas por “Justiça Por Moïse”, “Vidas Imigrantes

Negras Importam” e contra o genocídio negro, em referência às vidas negras exterminadas pelo Estado. (AGUIAR, CÔRTEZ, TELLES, QUINTANILHA, 2022)

As manifestações de revolta por justiça que irromperam nas principais capitais do Brasil, e em alguns países do exterior, em resposta à violência que tirou a vida de Moïse revelam uma articulação latente e uma pauta urgente para os movimentos sociais.

E isso foi inédito: nos atos do dia 5 de fevereiro, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, o lugar de destaque foi ocupado pelas falas e performances de dezenas de ativistas e artistas, em especial da comunidade africana, mas também de outras nacionalidades como bolivianos e haitianos. Esses migrantes, representando múltiplas associações e coletivos, que raramente têm visibilidade, mesmo nos espaços das lutas sociais, levaram para as ruas suas culturas e pautas específicas. Chamavam a atenção para a necessidade de políticas de enfrentamento contra o racismo e a xenofobia. E vocalizavam suas pautas de reivindicação – “Regularização Já”, “Direito ao Voto”, a revalidação de diplomas, políticas afirmativas, garantia de direitos previstos na Lei de Migração e no Estatuto dos Refugiados, e outras. (ibidem)

As(os) entrevistadas(os) desta pesquisa, no contexto das lutas migrantes organizadas na cidade de São Paulo, destacam o papel dos coletivos e associações de imigrantes nas lutas pela vida desde o início da pandemia, por meio de ações de solidariedade ligadas a movimentos sociais (com destaque para os movimentos de moradia), universidades, Ongs, igrejas, movimentos culturais, que se organizaram coletivamente e por meio de plataformas digitais para buscar suprir as necessidades mais básicas junto a pessoas migrantes em situação vulnerável (distribuição de cestas básicas; kits de higiene e máscaras de proteção; roupas; ajuda no preenchimento do auxílio emergencial; orientação sobre a prevenção da Covid-19; e tantas outras formas de apoio emergencial).

Para além das ações de solidariedade, sob grande responsabilidade das associações e coletivos imigrantes, no campo da resistência política em São Paulo, os movimentos formados por imigrantes e com o apoio de organizações de direitos humanos se concentraram em três principais ações (Quintanilha, 2020): **regularização migratória** (a exemplo da campanha *#RegularizaçãoJá* e das iniciativas para pressionar o Estado *a garantir o acesso de imigrantes ao benefício emergencial*); o **combate à invisibilidade** (a exemplo da *campanha pela inclusão da nacionalidade nos formulários da Covid-19*⁹ e as lutas pelo acesso à vacinação); e o **enfrentamento à violência racista e xenofóbica** (a exemplo dos atos *#JustiçaPorMoïse*, e também as campanhas *#NduduzoFica*, *#FalilatouLivre* e a *#Campanha-SomosJoãoManuel*) (AGUIAR, CÔRTEZ, TELLES, QUINTANILHA, 2022). Nesse sentido, em decorrência da xenofobia racializada e das sistemáticas violações de direitos humanos que se intensificaram nesse período, desde os obstáculos para obtenção do auxílio emergencial, os inúmeros processos de invisibilidade, a negação da vacina, somado a um processo de crescente encarceramento e assassinatos sofridos pelos grupos imigrantes racializados, houve amplas mobilizações envolvendo coletivos e associações, técnicos da área da saúde, advogados, pesquisadores vinculados às universidades, organizações de direitos humanos, parlamentares, dentre outros, a fim de convocar audiências públicas para tratar das condições vividas pelos imigrantes, além de outras estratégias e mobilizações em defesa de direitos.

Em 27 de agosto de 2020 foi realizada uma reunião ampla da

9 A pesquisadora Maria Villarreal (2021) destaca que: “Como resultado destas ações, em junho de 2020, foi criado o Projeto de Lei PL 2726/2020, elaborado pelo Deputado Alexandre Padilha, do Partido dos Trabalhadores (PT) do Estado de São Paulo. O PL inicialmente exigia a inclusão de um marcador étnico-racial nos dados oficiais de contaminação e mortalidade da COVID-19, mas, devido à pressão de coletivos de migrantes e organizações da sociedade civil, a nacionalidade também foi incluída (Villarreal, 2021).”.

comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo para discutir sobre as condições de vida da população imigrante na pandemia. Como fruto dessa reunião, foi proposta a criação de um Grupo de Trabalho para criar uma agenda pública municipal com o intuito de tratar questões relacionadas à população imigrante nesse contexto. No entanto, o GT só foi consolidado após os “Mutirões Migrantes” de direitos humanos (como veremos adiante) ocorridos no final do ano de 2021.

Em 8 de março de 2021, em articulação com o Fórum dos Ambulantes de São Paulo e os demais coletivos de imigrantes, foi convocada uma Audiência Pública para discutir, sobretudo, a insegurança alimentar, resultando na ampliação da entrega de cerca de 8 mil cestas básicas, alargando o programa municipal “Cidade Solidária”. Entretanto, essa política não foi contínua, tendo ocorrido apenas uma única entrega, mesmo com as constantes cobranças dos grupos envolvidos.

Em 31 de maio do mesmo ano, também foi realizada a Audiência Pública “Falilato Livre: Vidas Imigrantes Negras Importam” a fim de debater a prisão injusta da togolesa, trabalhadora ambulante no bairro do Brás, no centro da capital paulista e dos diversos processos de encarceramentos sem direito à defesa, inclusive o direito à tradução, vivida pelos imigrantes.

A entrevistada Carla Lorena destaca que: *“vale ressaltar, são as mulheres que se movimentaram na pandemia, e que conseguiram organizar o mutirão (de vacinação e direitos) e tantas outras atividades, a voz pelas quais sempre lutamos, para que o Consulado nos escute (...) imigrantes saindo da invisibilidade, antigamente não se viam as mulheres bolivianas, também a Hortense que é uma grande liderança”*.

A ativista boliviana se refere ao protagonismo da advogada Hortense Mbuyi, liderança negra e africana da República Democrática do Congo, que durante a pandemia foi eleita para a

presidência do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI), órgão consultivo ligado à Coordenação de Políticas para Imigrantes da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura, estabelecido na lei da política municipal para imigrantes (Lei 16.478/2016).

Como se evidencia, as iniciativas que se ancoram em coletivos locais, formas de ação e de articulação territorializadas, construídas ao longo dos anos, desdobram-se, no contexto da pandemia, em outras tantas ações e iniciativas (CIDADE E TRABALHO, 2020, p. 3) fundamentais para os chamados refugiados urbanos. Para se manterem, as redes de apoio, sobretudo em torno das organizações, coletivos e sindicatos de ambulantes, de imigrantes e de outros movimentos sociais, em destaque ao movimento de moradia; as articulações com operadores de diversas expertises (advogados, pesquisadores, agentes de saúde etc.) foram de profunda importância para garantir as sobrevivências em torno do trabalho, da moradia, da saúde etc.

Nas suas diferentes conformações e modos de atuação, essas plataformas e redes de apoio parecem se configurar como verdadeiros operadores de escala, dando ressonância aos agenciamentos locais e transterritoriais para lidar com os efeitos devastadores da pandemia. E também para contornar os efeitos nefastos da desinformação sistemática promovida pelos poderes públicos (idem, 2020, p. 9).

Nas encruzilhadas da luta coletiva pela vida no novo “anormal” imposto pela pandemia, as campanhas e redes ativas durante essa crise se multiplicaram velozmente a partir de múltiplas experiências de vida social em São Paulo, que se propuseram a reunir e organizar pessoas e informações em torno de pautas e articulações no campo das migrações que revelaram toda uma potencialidade cultural e política para se reinventar modos de vida e quebrar as correntes das múltiplas violências por trás do véu da invisibilidade da presente crise.

2.2.1 O exemplo da Associação de Mulheres Imigrantes Luz e Vida (AMILV)

A Associação de Mulheres Imigrantes Luz e Vida (AMILV) nasceu em 2014 a partir da auto-organização de mulheres bolivianas, trabalhadoras da costura, em resposta a diversas demandas sociais e psicossociais existentes entre a comunidade imigrante boliviana da cidade de São Paulo, principalmente entre mulheres e adolescentes. Localiza-se na Zona Leste da cidade, na região de Guaianases.

O trabalho construído pelas mulheres da organização é composto de encontros mensais, atividades sócio-educativas, apoio alimentar (quando recebem doações), articulação entre diferentes lideranças de diferentes bairros da região metropolitana e celebração de datas festivas, buscando promover espaços de trocas entre a comunidade.

Segundo as fundadoras, entrevistadas para essa pesquisa, a atuação da AMILV objetiva construir espaços seguros de intercâmbio, fornecimento de informações com relação aos direitos das pessoas imigrantes, das mulheres, das crianças e adolescentes, assim como gerar possibilidades de empoderamento das mulheres em seus espaços de vida coletiva, individual e em seus contextos de trabalho, bem como buscar promover formação e atividades para geração de renda extra às famílias e mulheres que se relacionam com a organização, e moradores de distintos bairros periféricos da cidade de São Paulo e arredores.¹⁰

A pesquisadora Elisa Canjani, que acaba de publicar uma tese sobre as resistências femininas construídas pelas redes a AMILV, analisa que:

¹⁰ Um relato das ações realizadas pela AMILV pode ser verificado no vídeo produzido pelo projeto de extensão Fronteiras Cruzadas durante a pandemia na Unicamp – <https://www.youtube.com/watch?v=OHbYIHaoO6c>

A rede de comunicação estruturada pela Asociación de Mujeres Imigrantes Luz y Vida – Sembrando Semillas (AMILV) é uma rede intersticial, com grande capacidade de penetração entre os extratos mais desassistidos da população de migrantes latino-americanas. Com estrutura rizomática, chega às pontas mais vulneráveis do nicho laboral da costura através de uma rede essencialmente feminina. Espalhava-se por catorze bairros da cidade e municípios adjacentes em fevereiro de 2020 e cresceu durante a pandemia, alcançando dezessete localidades na última contagem: Bairro dos Pimentas, Bom Retiro, Brás, Cangaíba, Carapicuíba, Casa Verde, Casa Verde Alta, Guaianases, Guarulhos, Itaquera, Itaquaquecetuba, Jaruá, Vila Yolanda, Osasco, Penha, São Mateus, São Miguel Paulista, entre outros. Neles, a rede atua construindo núcleos de apoio mútuo e uma comunidade de pertencimento (CANJANI, 2021, p. 13)

Para resumir as dinâmicas do coletivo, uma das fundadoras conta que: “Nós nos autofinanciamos, somos um grupo de mulheres que tem o intuito de nos ajudar. Pegamos mulheres do bairro, lideranças dos bairros, e é assim que a AMILV se estrutura. A gente prepara as lideranças, e é onde eu coloco o meu conhecimento, elaboramos materiais, não falamos apenas de Direitos Humanos, mas de autovalorização de direitos. Preparamos as temáticas, chamamos as lideranças para capacitação, todo o mês a diretoria vai até cada um dos bairros. Agora não somos muito poucas, somos 650 mulheres. Tudo é autofinanciado. Tem que ser parte desse grupo, que o grupo seja capaz de se solidarizar, colaborar e uma vai falando para outra. Agora estamos com um grupo de adolescentes e crianças também. O grupo vai crescendo e os desafios também”.

Com relação ao trabalho da associação durante a pandemia, ela avalia que “a nossa dificuldade é que tudo precisa de CNPJ, e muitas portas se fecharam. Fomos de lojas em lojas, supermercados, falamos da situação, e olharam de cima. Fomos em uma igreja que se supõe ser a mais grande, a Universal, e nenhum arroz nos deram “aqui não atendemos imigrantes, vão atender outro lado. Fomos a uma outra igreja, universal também e

IMAGEM 8:: Encontro de final de ano realizado pela AMILV, em 19 de dezembro de 2021, com participação de mais de 300 mulheres e suas famílias que representam a associação em distintos bairros periféricos da região metropolitana de São Paulo.



Fonte: Arquivo pessoal.

nos trouxeram duas bolsinhas de produtos, eu olhei para minha companheira e pensamos quantas famílias temos que ajudar?”.

Elas também relatam que enfrentaram outra problemática durante a pandemia. *“Tivemos a brilhante ideia de fazer a casa da mulher, mas não era o momento porque os gastos saíram do nosso bolso e não tínhamos dinheiro. (...) Tínhamos que fazer bico para pagar aluguel. No meu caso, a imobiliária não deu nenhuma flexibilidade, pelo contrário, quiseram aumentar o aluguel, precisei brigar para manter o preço. Não baixaram um centavo, não perdoaram um dia, e eu ainda peguei Covid. (...) Não deu para manter, tivemos que pagar a multa”.*

Chegaram a buscar um advogado que as obrigaram a pagar por um acordo tácito e que no fim acabou não abrindo a associação, não protocolou nenhum documento. O advogado ficou pedindo o tempo todo que elas tinham que pagar e falavam que não tinham dinheiro e ele respondia que quando quiseram abrir a associação *“sabiam o que tinham que pagar. (...) Até quando fiquei doente o doutor (advogado) ficava me ligando, até que mandei o atestado dizendo que não era mentira, que estávamos com Covid”.*

A estratégia do #MutirãoMigrante de Saúde, Trabalho Social e Direitos Humanos

IMAGEM 9: Registros do #MutirãoMigrante realizado no CEU Lajeado (Setembro/2021)



Fonte: Arquivo das autoras.

Dentre as principais ações da AMILV durante a pandemia, destaca-se a realização do #MutirãoMigrante de Saúde, Trabalho Social e Direitos Humanos. As atividades foram organizadas com o apoio do projeto de extensão universitária “Fronteiras Cruzadas - Formação de Redes Sociotécnicas com Imigrantes e Refugiados” na UNICAMP, que construiu uma aproximação da AMILV com a Rede de Cuidados em Saúde para Imigrantes e Refugiados.

A partir das demandas e debates levantados nas reuniões mensais do projeto junto às associações de imigrantes nas periferias de São Paulo, surgiram relatos sobre UBS's que estavam impedindo o acesso de imigrantes à vacina contra Covid-19 em razão da exigência do comprovante de residência pela Prefeitura de São Paulo, como já indicado na seção 3.1d. Nos territórios onde aconteceram essas denúncias parte das comunidades imigrantes não possuem comprovante de residência em razão de inúmeros fatores, dentre eles por residirem em ocupações de moradia e/ou por estarem indocumentados. De acordo com uma representante da AMILV, “problemas como as taxas para a regularização migratória impedem que imigrantes tenham acesso a benefícios sociais e até mesmo à vacinação”.

Tendo em vista a identificação dessas ocorrências, o projeto fez a ponte entre a AMILV e a Rede de Cuidados em Saúde

para Imigrantes e Refugiados, que se disponibilizou a mobilizar os serviços públicos e organizações em torno de um mutirão de atendimentos essenciais na região de Guaianases, onde há crescente concentração de comunidades imigrantes, sobretudo latinas e africanas.

A conexão permitiu mobilizar serviços públicos e organizações sociais para o atendimento humanizado às populações imigrantes na periferia, articulando redes de saúde, assistência social, serviços jurídicos e orientação em direitos humanos que geralmente estão concentradas nas zonas centrais (com exceção dos serviços de saúde).

Participaram do Mutirão os seguintes atores:

- Defensoria Pública da União (DPU), Centro de Referência e Atendimento do Imigrante (CRAI); ProMigra (Faculdade de Direito - USP); Cruz Vermelha; Consulado da Bolívia; Cáritas Arquidiocesana de São Paulo; Projeto Ponte Sedes; Grupo Veredas - psicanálise e imigração; programa de Residência Multiprofissional da UNINOVE; Eixo de saúde da Missão Paz; pesquisadoras do projeto Covid-19 como Doença Relacionado ao Trabalho (apoiado pelo Ministério Público do Trabalho) ; Doação de máscaras de prevenção à Covid-19: Centro Acadêmico XI de Agosto e Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC).

Estiveram na coordenação do Mutirão:

- Associação de Mulheres Imigrantes Luz e Vida (AMILV)
- Rede de Cuidados em Saúde para Imigrantes e Refugiados;
- Projeto de Extensão Fronteiras Cruzadas - formação de rede sociotécnica com imigrantes e refugiados (UNICAMP);

O grande êxito da atividade, além dos mais de 300 imigrantes participantes, foi a campanha de vacinação contra a Covid-19 em parceria com a UBS Jardim Fanganiello (1ª dose), que durante o primeiro mutirão realizou 38 aplicações de doses.

A estratégia também tinha como objetivo aproximar os serviços de saúde das populações imigrantes nos territórios onde os Mutirões aconteceram. A entrevistada Carla Lorena conta que: *“muitos imigrantes não querem ir ao hospital, o único jeito é pelo whatsapp, encaminhamento para consulta online com médicos bolivianos que estão em SP (formaram uma associação Impacto Salud)”*.

A experiência do Mutirão demonstrou a necessidade de maior diálogo e ações concretas com as populações imigrantes nas periferias, e a AMILV conseguiu organizar novos Mutirões em outros bairros da Zona Leste, apesar de dificuldades para conseguir reservar os espaços e obter apoio logístico necessário.

Além dos três mutirões realizados pela AMILV no período, com evidente impacto na prevenção da Covid-19 entre trabalhadoras(es) imigrantes e suas famílias, a ação se desdobrou em um grupo de trabalho “GT Estratégias de Promoção à Saúde para Migrantes”, apoiada pela Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, com participação das associações integrantes dos chamados “Mutirões Migrantes” e também nas campanhas supracitadas.

3

Considerações finais

As trajetórias das(os) interlocutoras(es) desta pesquisa são representativas das transformações no mundo do trabalho e nas migrações internacionais no contexto de crise multidimensional do capitalismo agravada pela pandemia da Covid-19. A partir das entrevistas, a pesquisa reflete sobre experiências diversas que se inserem nos debates sobre o trabalho imigrante no Brasil e as formas de organização política de trabalhadoras(es) imigrantes na cidade de São Paulo.

Embora tenham níveis de escolaridade diferentes e tenham chegado ao Brasil em momentos distintos, a maioria das pessoas entrevistadas possuía em seu país de origem profissões consideradas mais qualificadas, por exemplo como advogada e profissionais da educação. Por fatores variados que se relacionam com as causas do fenômeno da migração forçada, foram movidas pelas aspirações de viver melhor e pelo desejo de reconstruir suas vidas com a família (ou parte dela) nas últimas décadas no Brasil.

Apesar da maioria delas não terem histórico de envolvimento com formas de organização política em seu país de origem, com exceção da entrevistada refugiada política do Congo, quando experienciaram a migração em São Paulo sentiram a necessidade de se mobilizar na defesa de direitos, por meio da formação de coletivos e associações de imigrantes que se tornaram referência para os imigrantes recém chegados na cidade. No contexto de luta pela vida na pandemia, essas redes tecidas ao longo de anos de articulação junto às comunidades imigrantes e suas redes de apoio desempenharam papel fundamental na mobilização de diferentes reivindicações e estratégias de solidariedade.

Se por um lado a organização política das redes imigrantes se destacaram nesse período, por outro lado a pandemia revelou a extrema precariedade enfrentada pelas(os) trabalhadoras(es) imigrantes atrelada às condições de trabalho, sobretudo no mercado informal, e com o agravamento da política de indocumentação e da discriminação étnico-racial. Um olhar interseccional, a partir das entrevistas, permite enxergar de que maneira, desde a eclosão da Covid-19, os grupos sociais conformados por imigrantes e refugiados na informalidade, sobretudo as mulheres, estiveram entre os mais duramente atingidos pela pandemia e pelas políticas discriminatórias do Estado que dificultaram o acesso aos direitos sociais e à saúde, como evidenciado pelas desigualdades no acesso ao auxílio emergencial e também à vacina contra a Covid-19.

Nas entrevistas analisadas para este *Dossiê*, destacou-se o *looping* de precariedades envolvendo a condição de ser trabalhador(a) informal e imigrante, ainda mais agudizado quando se tratava da condição das mulheres racializadas negras e indígenas. O que chamou mais a nossa atenção foram os relatos de racismo e xenofobia enfrentados na relação de trabalho e no acesso a serviços públicos, com recorrentes denúncias nas

redes de saúde, que demonstram um agravamento das violações de direitos enfrentadas no contexto pandêmico.

Ao relatar sobre medo e/ou constrangimento racista e xenofóbico no acesso à saúde, uma das entrevistadas mencionou que essas barreiras no acesso à saúde fizeram com que imigrantes da comunidade boliviana se organizassem por meio de seus próprios canais de comunicação (principalmente Whatsapp), com o apoio de agentes de saúde e médicos, muitos deles imigrantes, com vínculo mais próximo às comunidades.

Dentre outros impactos nas condições de vida e trabalho que se repetem e se entrecruzam no período analisado, destacam-se: na moradia (a necessidade de buscar ocupações de **moradia** como reflexo do desemprego e da perda da renda; relatos de cobranças abusivas e discriminação envolvendo a negociação com imobiliárias; bem como a impossibilidade de isolamento dos demais familiares em caso de infecção pela Covid-19, pela própria estrutura precária do domicílio. Importante ressaltar que na cidade de São Paulo a localização territorial da moradia de imigrantes latinos, africanos e haitianos, coincide com os bairros mais afetados por mortes e infecções pela Covid-19, ver mapas no Anexo II); na **saúde** (frequente relato sobre discriminação no acesso ao SUS, a exemplo da negativa do acesso à vacina contra a Covid-19 para imigrantes indocumentados e/ou sem o comprovante de residência, bem como tratamento discriminatório durante a internação por complicações do coronavírus em hospital); no **trabalho** (aumento do desemprego e das formas de exploração do trabalho, como as jornadas em média de mais de 10h, com redução do tempo de descanso e da remuneração, a exemplo das costureiras produzindo máscaras a 10 centavos; a necessidade de acumular o trabalho informal cotidiano com outros “bicos” esporádicos, para complementar a renda e permitir a continui-

dade do envio de remessas para familiares no país de origem; a necessidade de arcar com praticamente todos os custos do trabalho; e a “quarentena forçada” requisitada na casa do empregador, conforme relatado no caso das domésticas). Especificamente no caso dos ambulantes, o nosso entrevistado ressaltou o “fogo cruzado” sob o qual essa categoria de trabalho se encontrou nesse período. Por um lado, a Prefeitura impediu a geração da renda, utilizando-se da necessidade concreta de distanciamento social como pretexto para aumentar a repressão policial sobre o trabalho ambulante, ao mesmo tempo em que continuaram cobrando os impostos, sem perspectiva até o momento de obter o perdão das dívidas e a suspensão dos despejos dos mercados populares, e sem qualquer discussão que incluía esses milhares de trabalhadores ambulantes em São Paulo nas políticas e orçamento destinados para a recuperação pós-Covid-19.

Entre as **mulheres**, além da sobrecarga no trabalho e nos cuidados dos filhos, um dos principais desafios apontados foi a recorrência e o aumento da violência doméstica acompanhada da piora da saúde mental relacionados principalmente ao desemprego. Em razão desse agravamento da violência doméstica uma das entrevistadas relata que, por meio da associação de mulheres de que faz parte, buscaram concretamente alternativas para acolher vítimas de diversos tipos de violência de gênero, por meio da tentativa de organização de uma espécie de Casa da Mulher Imigrante, que ainda está para ser concretizada como um projeto que elas desejam construir a longo prazo. E, cabe ressaltar, mesmo com as exigências de distanciamento social e as dificuldades de estarem presentes fisicamente nas atividades dessa associação, foi justamente nesse período que se fortaleceu as redes de mulheres, com a ampliação da quantidade de mulheres integrantes e com a abrangência em variados bairros da região metropolitana

de São Paulo. Isso se deve à própria forma de organização da associação voltada para as mulheres imigrantes e seus filhos, que buscou responder ao aumento das demandas relacionadas às violências - de gênero, racial, etc - e de violação de direitos humanos em serviços públicos que foram relatados.

Diante desse quadro, no que diz respeito às políticas sociais e de prevenção ao coronavírus direcionadas às populações imigrantes existe uma percepção das pessoas entrevistadas de que houve um abandono do Estado. Segundo a entrevistada Muasi, a política para imigrantes na perspectiva de direitos "não existe" e dá o exemplo da dificuldade de vacinação pela falta de comprovante de residência, as dificuldades dos coletivos para acessar as cestas básicas do Programa Cidade Solidária e a saga pelo auxílio emergencial. Muasi sintetiza dizendo que: *"O imigrante já vivia na dificuldade antes da pandemia. A pandemia aprofundou as questões sociais e levou o imigrante mais para o fundo"*.

A Prefeitura de São Paulo sequer fornecia apoio de logística para a distribuição das cestas básicas e EPI 's para a proteção durante as entregas de cestas básicas. Foram os próprios coletivos imigrantes que tiveram que se auto-organizar para recolher as cestas e fazer a distribuição nos bairros, geralmente após a jornada de trabalho (na madrugada). Ao menos duas lideranças de um dos coletivos entrevistados contraíram a Covid-19 durante uma das entregas e houve a necessidade de internação em estado grave que deixou sequelas sofridas até os dias de hoje.

Um outro aspecto central levantado pelas(os) entrevistadas(os) diz respeito à política de indocumentação. Como foi relatado, na pandemia houve temporária suspensão de prazos e do processamento de novas solicitações de regularização migratória, ao mesmo tempo em que não houve medidas para solucionar o problema das pessoas que nesse período

encontravam-se indocumentadas. Pelo contrário, foram criados novos instrumentos jurídicos, muitas vezes discriminatórios – como no caso das portarias que impediram a entrada de venezuelanos – que na prática dificultam a regularização e facilitam a deportação, o que também faz aumentar o medo de recorrer a serviços públicos como hospitais.

São elementos que revelam a retirada de direitos das(os) trabalhadoras(es) e um abandono ainda maior das populações imigrantes no âmbito federal, estadual e municipal, ou seja, as diferentes esferas do Estado como co-participantes nas sistemáticas violações de direitos relatadas nessa e em tantas outras pesquisas.

Ao mesmo tempo, diante do *looping* de precariedades e sistemáticas violações de direitos humanos, as entrevistas demonstram que as associações e coletivos imigrantes se mobilizaram de forma permanente junto a organizações e movimentos sociais para articular estratégias de sobrevivência e de defesa da vida. Os coletivos de mulheres imigrantes tiveram um protagonismo determinante nesse sentido, como observamos por exemplo na experiência dos mutirões por vacina contra a Covid-19, nas audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores e nas campanhas por regularização migratória e de enfrentamento à xenofobia racializada, sobretudo após o traumático evento do assassinato do trabalhador João Manuel e da prisão arbitrária da ambulante Falilatou Estelle Sarouna.

Em nossa visão, as reivindicações, alianças e redes que se fortaleceram nesse contexto, tais como brevemente mencionado pela campanha #RegularizaçãoJá, a rede #VidasImigrantesNegrasImportam e também as experiências do #Mutirão-Migrante, são uma oportunidade para rever as estratégias das lutas sociais e abrir o diálogo sobre a necessidade de construir coletivamente políticas na perspectiva de direitos das(os) tra-

balhadoras(es) em conjunto com os mais variados coletivos, associações de imigrantes e outros espaços de representação, como é o caso do Conselho Municipal dos Imigrantes em São Paulo (CMI-SP).

Essa nova realidade das migrações coloca o desafio para atuar sobre as políticas a partir das especificidades e demandas concretas colocadas por esses grupos sociais, que têm sido alçados aos postos mais precarizados do mercado de trabalho e cada vez mais nas fronteiras do trabalho informal.

Por fim, queremos ressaltar a necessidade de aprofundar as análises sobre o trabalho e as lutas migrantes em uma perspectiva interseccional, que compreenda as complexidades do fenômeno migratório em sua relação com as desigualdades de raça/etnia, gênero e classe, dentre outras categorias, na atual conjuntura do capitalismo pandêmico como foi assinalado. Queremos enfatizar ainda que, muito além das formas de opressão e exploração que se intensificaram na pandemia da Covid-19, as mulheres imigrantes têm se organizado de variadas maneiras por meio de redes locais e transnacionais, contribuindo para processos de transformação social que serão determinantes para refletir e reinventar modos de vida e trabalho nesse mundo pós-pandemia que ainda estamos começando a experimentar.

Como ressaltou uma das nossas interlocutoras: *“são as mulheres que se movimentaram na pandemia, e que conseguiram organizar o mutirão (de vacinação e direitos) e tantas outras atividades, a voz pelas quais sempre lutamos”*, jogando luz sobre a importância da atuação coletiva das mulheres imigrantes que impulsionam processos de mobilização por direitos e solidariedade nos períodos mais difíceis da pandemia.

BIBLIOGRAFIA

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. **Relatório Tendências Globais: Deslocamentos forçados, 2021**. Disponível em: < https://reporting.unhcr.org/global-report2021/pdf#_ga=2.181348583.1348149830.1661197200-128639454.1661197200> . Acesso em: 31 de Maio de 2024.

AGUIAR, A.L.. **Nos Caminhos do Brás. Disputas, trocas e resistências**. 2024. Tese (doutorado). No prelo - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, São Paulo, SP, 2024.

AGUIAR, A.L.; CÔRTEZ, T.R.; TELLES, V. S.; QUINTANILHA, K. F. As tramas políticas nas cenas de protesto: Justiça Por Moïse. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 2022.

_____; BARBOSA, B.R.; ITIKAWA, L.; TELLES, V. S. Disputas da terra, das narrativas e no campo do trabalho: advocacy em rede de ambulantes, universidades e movimentos nos conflitos pelo Direito à Cidade. **Cadernos de Estudos Urbanos**, São Paulo, v. 5. Instituto das Cidades. Unifesp. São Paulo, 2022.

ASSIS, G. A Nova Lei De Migração no Brasil: Avanços e Desafios. In: BAENINGER, R.; BÓGUS, L.M.; MOREIRA, J.B.; VEDOVATO, L.R.; FERNANDES, D.; SOUZA, M.R.; BALTAR, C.S.; PERES, R.G.; WALDMAN, T.C.; MAGALHÃES, L.F.A. (orgs.) **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População —Elza Berquó|| – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição). 976 p.

ÁLVAREZ-VELASCO, S.; HERRERA, G.; JOSEPH, H.; HUERTA, A.V.; .

Coordinación general de Mariela Paula Días; Bruno Miranda; Yolanda Alfaro. (Trans)Fronteiriza: **(In)movilidades en las Américas y Covid-19**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

_____. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. A era da informatização e a época da informalização. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil** (pág. 527). São Paulo: Boitempo, 2007.

BAENINGER, R.; FERNANDES, D. (coord.); CASTRO, M.C.; BALIEIRO, H., ROCHA, J.; BOGRES, F.; MAGALHÃES, L.F.; DEMÉTRIO, N.B.; DOMENICONI, J. (org.). **Impactos da Pandemia de COVID-19 nas migrações internacionais no Brasil – Resultados de pesquisa**. 1. ed. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2020. 686p. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_impactospandemia.php > Acesso em 20 ago. 2022.

_____. **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População —Elza Berquó – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição). 976 p.

BASSO, P.. **Racismo de Estado e antirracismo de classe**. In: Margem Esquerda, Boitempo Editorial - ensaios marxistas n. 24, v. número 24, junho de 2015: p. 56–71.

_____. L'ascesa del razzismo nella crisi globale. In: BASSO, P.

(org.) **Razzismo di stato: Stati Uniti, Europa, Italia**. Milano: FrancoAngeli.

BRANCO-PEREIRA, A. Tensions between universality and equity in the access of immigrants to the Unified Healthcare System in the São Paulo metropolis during the Covid-19 pandemic. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, 2023 (no prelo).

_____; QUINTANILHA, K.F. Deportação e trabalho escravo: governo e Exército tornam política migratória um desastre humanitário. **The Intercept**, 23 jul. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional. Comunidade Brasileira no Exterior - Estimativas referentes ao ano de 2020. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/arquivos/ComunidadeBrasileira2020.pdf> >.acesso em 30 maio 2024.

CANJANI, E.C.. **Resistências femininas: redes de comunicação de mulheres migrantes latino-americanas na Região Metropolitana de São Paulo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/D.27.2021.tde-10022022-124842 > acesso em: 2022-12-22.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: < <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a> > acesso em

30 de Maio de 2024.

CAVALCANTI, L., OLIVEIRA, W. F. (2020). Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T. & M. Macedo, Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020 (pp. 16-28). Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: < https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf > acesso em 31 de Maio de 2024.

CIDADE E TRABALHO. (Micro) políticas em tempos de urgência. **Revista Dilemas**, série Reflexões na Pandemia no. 59, 08/ 2020. Disponível em <https://www.reflexpandemia.org/texto-59> > acesso em 30 maio 2024.

DELGADO, W. R. Notas sobre la cuestión laboral y migratoria hoy: migración forzada, desarrollo desigual e imperialismo. **Revista Theomai**, número 33. 2016. Disponível em: http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO_33/11.Art_Delgado_Wise.pdf > acesso em 20 jan. 2019.

FAUSTINO, D.M.; OLIVEIRA, L. M. Xenoracismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana** [online]. 2021, v. 29, n. 63, pp. 193-210. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006312> > acesso em 13 maio 2022.. Epub 05 Jan 2022. ISSN 2237-9843. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006312>.

FELDMAN-BIANCO, B. (2009). Reinventando a Localidade: globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. **Horizontes Antropológicos**, v.15, n.31, p. 19-50.

GLICK-SCHILLER, N.; ÇAGLAR, A. **Displacement, emplacement and migrant newcomers: rethinking urban sociabilities within multiscalar power**. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 2016, vol. 23, No. 1, 17–34.

GODOI, R.; MALLART, F.; CAMPELLO, R. O colapso é o ponto de partida. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Reflexões na Pandemia (seção excepcional), 2020. Disponível (on-line) em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-21> > acesso em 30 maio 2024.

HANDERSON, J. **Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**, 2015, 429P. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional, 2015.

____. Criando associações: migrantes haitianos na Guiana Francesa e Brasil. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 11, n.11 (2016). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos.

HIRATA, H. Entrevista Mulheres: trabalho e movimento. In: Revista "Teoria e Debate", edição 218, Carlos Henrique Árabe, Clarisse Paradis, Gabriela Leão e Tatau Godinho. Blog da Boitempo. <https://blogdaboitempo.com.br/2022/08/09/mulheres-trabalho-e-movimento/>

MAGALHÃES, L.F.A.; BÓGUS, L. e BAENINGER, R. Covid-19 e imigração internacional na Região Metropolitana de São Paulo. REMHU: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana** [online]. 2021, v. 29, n. 61 [Acessado 16 Dezembro 2022], pp. 15-32. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006102>>. Epub 10 Maio 2021. ISSN 2237-9843. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006102>.

MALVASI, P.; SALLA, F.; MALLART, F.; MELLO, R. "Saberes da encruzilhada: militância, pesquisa e política no sistema socioeducativo". **Etnográfica**, vol. 22, no 1, 2018.

MARTINS, E.G.. Mulheres imigrantes no trabalho doméstico remunerado em São Paulo: duas trajetórias e uma multiplicidade de arranjos. In Dossiê: Mujeres migrantes y trabajo doméstico • **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** 30 (65) • May-Aug 2022.

MORAES, A. L. Z. de. **Crimigração: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil**. Porto Alegre, Tese (Doutorado), PUCRS: 2016.

QUINTANILHA, K.F. **Imigração e lutas migrantes: redes e encruzilhadas da mobilização por direitos e contra a xenofobia racializada no Brasil em crise**. 2024. Tese (doutorado). No prelo - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

___; AGUIAR, A.L.. Trabalho, saúde e as lutas migrantes na pandemia. Trabalhadoras imigrantes nas confecções em São Paulo. In: (Trans)fronteriza no. 19: migraciones, movilidades, fronteras y salud en la (post)pandemia de Covid-19 / Handerson Joseph ... [et al.]; Coordinación general de Denise Zenklusen ... [et al.]; Edi-

tado por Bruno Miranda ... [et al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : **CLACSO**, 2024.

___; ANTUNES, Ricardo. Relatório final do projeto de extensão: Fronteiras Cruzadas: Formação de Rede Sociotécnica com Imigrantes e Refugiados - Edital da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unicamp. **Site Fronteiras Cruzadas**. Campinas, São Paulo. 2021. Disponível em: <https://fronteiras cruzadas.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Relato%CC%81rio-Final_-Extensa%CC%83o-Fronteiras-Cruzadas-UNICAMP.pdf> Acesso em: 30 Maio 2024.

_____. (2019) **Migração forçada no capitalismo contemporâneo: trabalho, direitos e resistências no Brasil**. Dissertação (Mestrado), Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22271>> Acesso em: 30 Maio 2024.

_____; SEGURADO, Rosemary.. Migração forçada no capitalismo contemporâneo: uma análise dos fluxos e da nova Lei de Migração no Brasil em crise. In: BAPTISTA, D.M.T.; MAGALHÃES, L.F.A. (ORG.) **Migrações em expansão no mundo em crise**. São Paulo : EDUC/ PIPEq, 2020.

PEROCCO, F. The Coronavirus Crisis and the Consequences of COVID-19 Pan-Syndemic on Racial Health Inequalities and on Migrants. In: PUPPA, F. SANÓ, G. (editores). **Stuck and Exploited: Refugees and Asylum Seekers in Italy Between Exclusion, Discrimination and Struggles** / 1. ed. — Venezia: Edizioni Ca' Foscari - Digital Publishing, 2021. — 364 p.; 23 cm. — (Società e trasformazioni sociali; 8). — ISBN 978-88-6969-533-9.

ROLNIK, R.; MARINO, A.; KLINTOWITZ, D.; BRITO, G.; RESENDE, P.. **Mapas do coronavírus escondem informações**. [Online]. 8 de maio de 2020. Acessado em: 28 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/mapas-do-coronavirus-escondem-informacoes/> acesso em 30 maio 2024.

SILVA, C.F. **Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.8.2008.tde-24112009-113627. Acesso em: 2022-12-22.

SILVA, C.C.; MAGALHÃES, L.F.A.. Imigrantes, direitos e a pandemia da Covid-19. In: SANTOS, M.A.; PARADIS, C. **As humanidades e os efeitos da COVID-19: reflexões a partir da UNILAB**. Horizontes ao Sul - Dossiê Especial, n. 1, 2020.

TELLES, V.S. A Cidade nas Fronteiras do legal e ilegal. **Argumentum Editora Ltda**. Belo Horizonte, 2013.

VENTURA, D. F. L.; REIS, R.. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19. **Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil**, n. 10, p. 6-31, 2021. Tradução. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf> > acesso em: 22 ago. 2022.

VILLEN, P.. **(In)visíveis globais: imigração e trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018a.

_____. Brasil: país de Expulsão? Desemprego e emigração no Brasil.

Dossiê Emprego e Profissões (NOV-2018)_**comciência**. 2018b. Disponível em: <http://www.comciencia.br/brasil-pais-de-expulsao-desemprego-e-emigracao-no-brasil/> > acesso em 30 maio 2024.

_____. “Fronteiras porosas” e a explosão da mobilidade indocumentada. **Argumentum**, 8(3), 29–39. 2017. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v8i3.14711>

_____. **O estigma da ameaça ao emprego pelos “periféricos na periferia”**: crise e imigração no Brasil. Rua, Unicamp, v. II, p. 247-264, 2015. Disponível em https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/verpdf?publicacao_id=62 > acesso em 30 maio 2024.

VILLEN, P.; QUINTANILHA, K.. A nova Lei de Migração (13.445/2017) como espelho de forças ambivalentes. In: **Nova Lei de Migração: os três primeiros anos**, São Paulo, FADISP, 2020.

VILLARREAL, M. Protagonismo e lutas migrantes no contexto da Covid-19. **Site do Museu da Imigração**. São Paulo, 2021. < <https://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/protagonismo-e-lutas-migrantes-no-contexto-da-covid-19> > acesso em 30 maio 2024.

ZANFORLIN, S.C.; GROHMANN, R.. Precarious Migrants in a Sharing Economy| On-Demand Migrants: Entrepreneurialism, Platformization, and Migration in Brazil. **International Journal of Communication**, [S.l.], v. 16, p. 18, nov. 2022. ISSN 1932-8036. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/17264> > acesso 12 dez 2022.

ANEXOS

ANEXO I - Roteiro de entrevista

A seguir apresenta-se o roteiro de entrevistas semi-estruturadas que foram realizadas entre 2021 e 2022, de forma *online* e presencial com as devidas medidas protetivas contra o coronavírus, no âmbito do referido projeto que é vinculado ao Departamento de Saúde Pública da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), campus Botucatu/SP, sob a coordenação do Dr. Ildeberto Muniz de Almeida e da Dra. Maria Maeno com aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP, parecer nº 4.290.745, de 21 de setembro de 2020.

O roteiro, que foi adaptado para contemplar questões de interesse desta tese, está dividido em dois eixos: Eixo I - "Trabalho, Saúde e Direitos na Pandemia"; Eixo II "Impactos da Covid-19 e Estratégias em Rede Mobilizadas Por Migrantes". Indicadores objetivos relacionados às condições de: trabalho, regularização migratória, adoecimento, acesso à saúde e direitos sociais; indicadores subjetivos: a mobilização em rede por direitos e as estratégias coletivas de enfrentamento à pandemia.

EIXOS:

I - TRABALHO, SAÚDE E DIREITOS NA PANDEMIA

II - IMPACTOS DA COVID E ESTRATÉGIAS EM REDE MOBILIZADAS POR IMIGRANTES

Roteiro semi-estruturado

Informações gerais

- i. Nome, idade, local e tipo de domicílio (cidade, bairro / casa própria, alugada, pensão, ocupação, outros / quantos moradores)
- ii. País de origem, ano em que fixou residência no Brasil, resi-

- dência em outros países, idiomas
- iii. Família: Estado civil / família no Brasil (filhos/as, parentes) e/ou exterior / Vive com cônjuge ou companheiro e filhos/as?
 - iv. Grau de escolaridade (tem diploma universitário ou técnico?)
 - v. Auto-identificação: cor ou raça (branca, preta, amarela, indígena ou outro) / gênero (feminino, masculino ou outro)
 - vi. Tem alguma religião? Se sim, qual?
 - vii. Local de trabalho
 - viii. Atividade principal
 - viii. Tempo de vínculo com o atual trabalho

EIXO I - TRABALHO, SAÚDE E DIREITOS NA PANDEMIA

- 1) Você tinha um trabalho no país de origem? Qual?
- 2) Como foi a trajetória até chegar ao Brasil? Como chegou? (avião, ônibus, travessia)

CONDIÇÃO MIGRATÓRIA

- 3) Qual tipo de documento migratório ou indocumentado/a?
- 4) Alguma dificuldade para regularizar e/ou renovar durante a pandemia? Conhece outros/as migrantes com dificuldade (da sua família ou da sua rede)? Reunião familiar?
- 5) Caso tenha diploma universitário ou técnico, enfrenta dificuldade para (re)validar?
- 6) Como a insegurança jurídica impacta no seu trabalho e bem-estar?

CONDIÇÕES DE TRABALHO

- 7) Como é o seu trabalho atualmente? Você possui mais de um trabalho (quais)? Chegou a mudar de trabalho durante a pandemia? Você pode descrever sua rotina de trabalho em um dia normal?
- 8) Você pega transporte público para trabalhar?

- 9) Quais são as condições de trabalho habituais? Houve alterações das atividades e condições de trabalho durante a pandemia/ significado dessas alterações no cotidiano. O local foi adaptado para a prevenção da Covid-19? Acesso a EPI e sanitizantes? EPI adequados? Tempo e condições para se higienizar e se paramentar? Máscaras? Outros aparatos para o isolamento com outras pessoas? Distanciamento de pelo menos 2 metros? Recebeu informações de prevenção no local de trabalho?
- 10) Que tipo de problema de saúde os trabalhadores/as do seu local de trabalho costumam ter?
- 11) Quais são os principais problemas que você vê no seu trabalho? O que você e seus colegas fazem para suportar essas situações?
- 12) Sofreu alguma violação de direitos? Por exemplo, redução de salário, suspensão de contrato, assédio, discriminação, maus tratos por parte do empregador, quarentena forçada na casa do empregador (no caso das domésticas), ameaça de demissão e despejo, sofreu algum tipo de violência (violência doméstica, violência urbana, perseguição e/ou criminalização - caso dos ambulantes - perdeu mercadoria, foi ameaçada/o)?
- 13) Média de renda mensal antes e durante a pandemia? Você tem percebido aumento do custo de vida durante a pandemia, quais os principais impactos (p.ex. moradia, mercado, contas, remessas)? Processos de endividamento (lojas, bancos, agiotas)?

ACESSO À DIREITOS, VACINAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 14) Recebeu auxílio emergencial (por quanto tempo)? CadÚnico (bolsa família, etc)? Cestas básicas? Quais serviços públicos têm acessado durante a pandemia (p.ex. CRAI, DPU, CRAS, escolas, hospitais, etc)? Tem enfrentado alguma dificuldade para acessar esses serviços? Quais?

15) Como você vê a pandemia? Acredita que a doença existe? Acha a situação grave? Acha que corre risco de se infectar? Explorar aspectos da religiosidade.

16) Percepção do risco de infecção. Se acredita que há risco de infecção, como lida com o risco? O que mudou na sua vida desde o início da pandemia?

17) Você, durante a pandemia, tem algum receio de contrair a Covid ou de poder transmitir para seus familiares? Fez testes? Como você tem se protegido da Covid, mudança na rotina do trabalho e em casa?

18) Perdeu algum familiar ou amigo infectado pela Covid-19? Gostaria de contar alguma história?

19) Percepção sobre a vacina. Você já foi vacinado/a? Como você se sente por ter sido vacinado/a? Tem segurança? Acredita nela?

***PARA QUEM CONTRAIU COVID-19**

- Como foi a história do adoecimento? Sabe onde contraiu a doença? Em casa? No trajeto? Na empresa ou na casa do patrão/patroa? Por que?

- Teve sintomas ou foi testado por algum motivo. Quando ficou doente ou testou positivo? Chegou a procurar serviço de saúde? Sabia a qual serviço recorrer? UBS? Convênio? Hospital? UTI? UPA, etc

- Como foi o tratamento? Chegou a cumprir o isolamento?

- Quais foram as preocupações quando soube que estava doente/ infectado?

- Teve que reorganizar o cotidiano na sua casa? Tarefas de cuidado, limpeza, cozinha, etc. Alguém cuidou de você? Se tem filhos, como se organizou durante o período do isolamento?

- Ficou com sequelas (sente que ficou alguma coisa da doença? Sente alguma diferença - cansaço, esquecimento, distração, perda de memória, tristeza, ansiedade, sintomas depres-

sivos, alteração do sono, falta de ar, etc)

- Quando soube, ficou em casa? Foi orientado? Sabia como proceder em relação à empresa/ casa onde trabalhava? Em relação aos familiares? Em relação aos colegas?

- Alguém em casa se infectou antes/ depois/ ao mesmo tempo?

- Algum colega se infectou antes/ depois/ ao mesmo tempo?

- Quais foram os procedimentos da empresa ou do patrão/patroa ao saberem que estava infectado? Afastamento/ testagem/ pagamento.

EIXO II - IMPACTOS DA COVID-19 E ESTRATÉGIAS EM REDE MOBILIZADAS POR MIGRANTES

20) Como iniciou o trabalho com a associação/coletivo em São Paulo? Poderia contar sobre qual a sua trajetória de militância? Tinha alguma atuação em movimentos e/ou outros tipos de experiência/ atuação política no país de origem?

21) Qual o histórico da associação? Como se mantém financeiramente? Como se estrutura e se organiza a associação/ coletivo (quadro de funcionários, parcerias, projetos, calendário de atividades etc)?

22) Como tem sido o trabalho da associação/coletivo durante a pandemia? Quais são as principais dificuldades, violações de direitos e impactos (desemprego, piora condições de trabalho e de vida, fome, criminalização, violência urbana, violência doméstica contra as mulheres, racismo e xenofobia, discriminação, barreiras nos serviços públicos, reunião familiar)? Poderia trazer exemplos a partir do trabalho da associação/coletivo?

23) Como tem sido o acesso à justiça no período da pandemia? Poderia relatar as principais dificuldades?

24) O que você acha das políticas de enfrentamento da pandemia tomadas pelo governo federal, estadual e municipal (e o setor de trabalho a qual está vinculado, no caso em que

se aplicar) para proteção da saúde da população? E as políticas emergenciais de assistência social? Houveram políticas direcionadas às populações migrantes? Como você avalia a postura dos governos durante a pandemia com relação às populações migrantes?

25) Quais estratégias mobilizadas pela associação/coletivo da qual você faz parte? Qual a relação com outros coletivos imigrantes, poder público, movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais, universidades, partidos políticos, instituições religiosas e outros atores?

26) Repercussões psicossociais e impactos à saúde mental gerados pela pandemia e/ou pelo adoecimento (sentimentos angústia, revolta, esperança...): quais foram as estratégias coletivas de enfrentamento? Você percebeu aumento do consumo de álcool e outras drogas nos grupos que você tem contato?

27) Durante a pandemia, quais são as fontes de informação confiáveis na sua opinião?

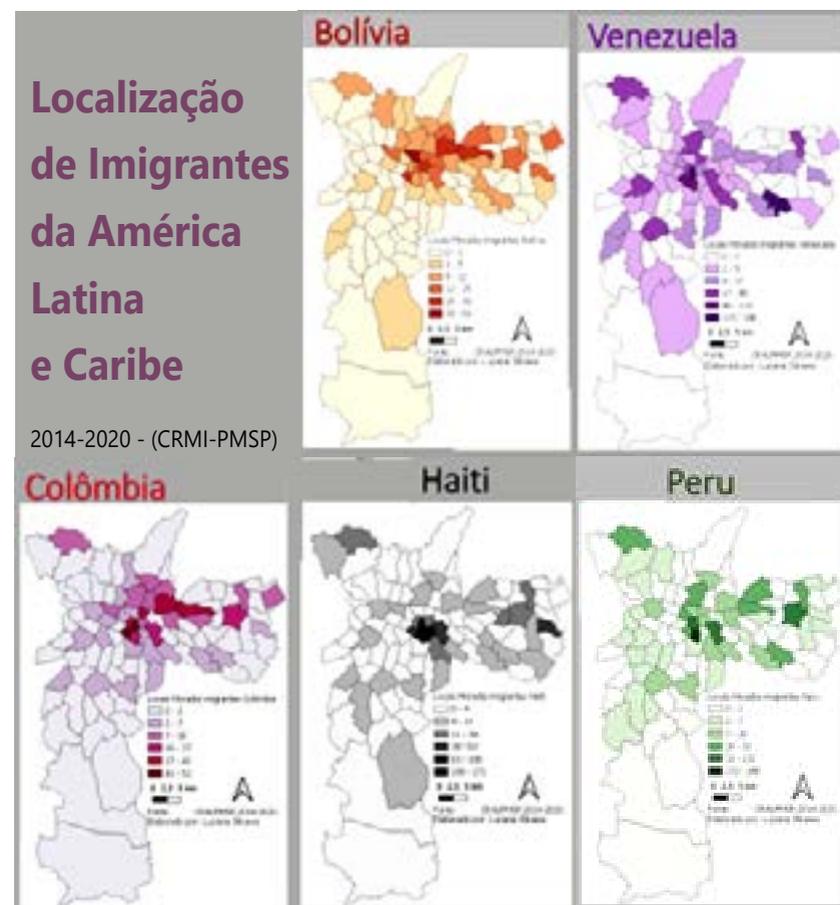
28) Você conhece migrantes que deixaram o Brasil em razão da crise? Existem novas rotas migratórias se formando? Conhece algum caso de desaparecimento, criminalização e/ou morte na fronteira durante a pandemia?

29) Durante a pandemia formaram-se novas redes de apoio e articulação (no Brasil e exterior)? Percepção sobre protagonismo das mulheres?

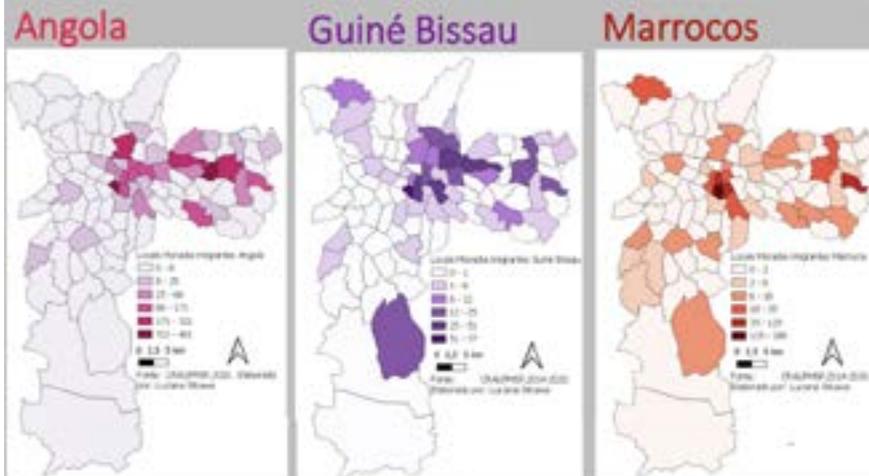
30) Planos futuros

ANEXO II - Localização da moradia de imigrantes em São Paulo com base em dados de atendimento do CRAI, por nacionalidade

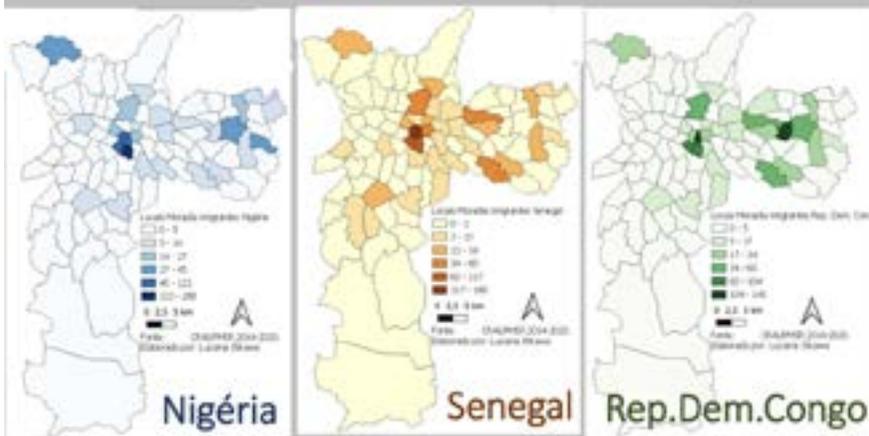
Mapas da moradia de imigrantes na cidade de São Paulo, elaborados pela arquiteta e urbanista Luciana Itikawa, com base em dados do Centro de Referência de Atendimento aos Imigrantes da Prefeitura de São Paulo (CRAI). Importante notar que os referidos dados não contemplam a totalidade das populações imigrantes residentes da cidade tendo em vista que são especificamente sobre imigrantes que passaram por atendimento na unidade do CRAI. Plataforma de referência de dados: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/base-de-dados-do-centro-de-referencia-e-atendimento-para-imigrantes-c>



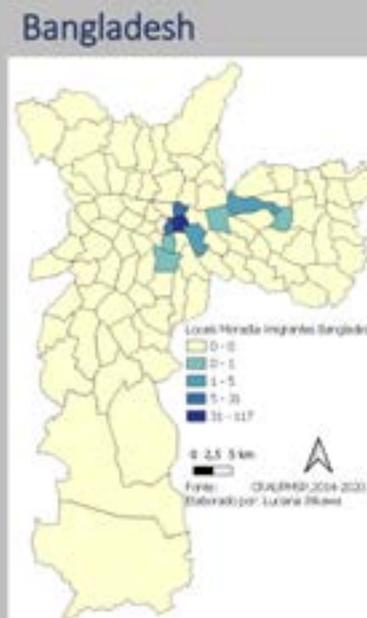
Localização de moradia de imigrantes da África



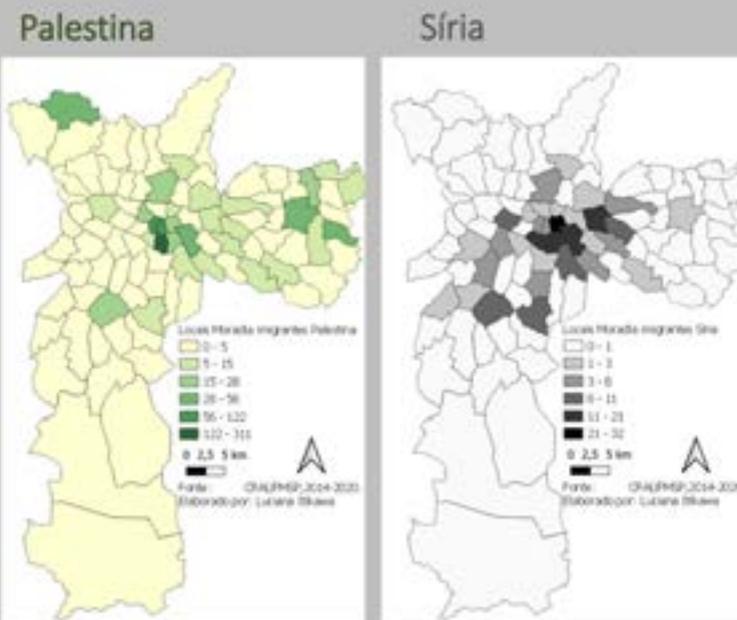
2014-2010 - CRMI/PMSP



Localização de moradias de imigrantes da Ásia



2014-2010 - CRMI/PMSP



TÍTULO

Dossiê COVID no trabalho : pesquisa COVID 19 como doença relacionada ao trabalho : trabalhadoras(es) imigrantes na cidade de São Paulo em tempos de pandemia

AUTORAS

Karina Quintanilha, Ana Lídia Aguiar

PRODUÇÃO EDITORIAL

Lilian Primi (Projeto Gráfico de capa e miolo)

REVISÃO:

Erica Freitas, Daniela Sanches Tavares e Maria Maeno

FORMATO 148 × 210 mm

MANCHA 115 mm x 182 mm

TIPOLOGIA ITC Segoe UI

Número de páginas 116

